

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE CRAVO NABUCO ANDRADE GUEDES

**A PANDEMIA DA COVID-19 E SEU IMPACTO NOS
RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE CRAVO NABUCO ANDRADE GUEDES

**A PANDEMIA DA COVID-19 E SEU IMPACTO NOS
RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Francisco Eduardo Pires de Souza

Rio de Janeiro

2021

FELIPE CRAVO NABUCO ANDRADE GUEDES

A PANDEMIA DA COVID-19 E SEU IMPACTO NOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS
BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 8/4/2021.

FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

ANTONIO LUIS LICHA
Professor Dra do Instituto de Economia da UFRJ

MARGARIDA MARIA GOMES PEREIRA SARMIENTO GUTIERREZ
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

As opiniões expressas nesse trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe, meu pai e minha irmã, pelo amor e apoio incondicional.

Aos meus amigos e namorada, por perdoarem as minhas ausências e compartilharem as minhas conquistas.

Ao meu orientador, Francisco, pela paciência e oportunidade de realização deste trabalho.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 gerou um fenômeno econômico único, afetando diretamente as principais variáveis macroeconômicas do país. Os impactos resultantes da pandemia nos rendimentos das famílias brasileiras mostram-se expressivos, a partir dos dados da PNAD Covid-19 e PNAD Contínua, com o Auxílio Emergencial atuando de forma efetiva na recuperação desse rendimento.

O rendimento das famílias, sem o Auxílio Emergencial, foi fortemente impactado pela pandemia da Covid-19, para todas as faixas de rendimento do trabalho e regiões do país. Entretanto, com a implementação do Auxílio, houve a recuperação desses rendimentos, principalmente para as classes e regiões mais pobres do país, que possuem maior acesso ao benefício.

Uma análise dos microdados da PNAD Contínua, com ajustes pela mudança na participação dos respondentes, foi fundamental para entender o que realmente ocorreu com os rendimentos sem o auxílio emergencial. Por outro lado, os microdados da PNAD Covid-19 permitiram captar o efeito do auxílio emergencial, que mais do que compensou a queda dos rendimentos do trabalho para as classes de renda mais baixa.

Palavras-chave: Covid-19; Desemprego; Pandemia; Rendimentos.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic created a unique economic phenomenon, directly affecting the main macroeconomic variables in the country. The impacts resulting from the pandemic on the income of Brazilian families are significant, based on data from “PNAD Covid-19” and “PNAD Contínua”, with the emergency aid performing effectively in the recovery of this income.

The income of families, without the emergency aid, was strongly impacted by the Covid-19 pandemic, for all income groups and regions of the country. However, with the implementation of the emergency aid, there was a recovery of these incomes, mainly for the poorer classes and regions of the country, which have greater access to the benefit.

A “PNAD Contínua” microdata analysis, with adjustments for the change in respondents' participation, was essential to understand what really happened to earnings without the emergency aid. On the other hand, “PNAD Covid-19” microdata made it possible to capture the effect of emergency aid, which more than offset the fall in labor income for the lower income classes.

Keywords: Covid-19; Income; Pandemic; Unemployment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: REVISÃO DA LITERATURA.....	13
CAPÍTULO II: METODOLOGIA E BASE DE DADOS	23
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
III.1 – Análise dos rendimentos a partir dos dados da PNAD Covid-19.....	28
III.2 – Análise dos rendimentos a partir dos dados da PNAD Contínua.....	42
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Demanda Interna por Bens Industriais (Jan/2020 = 100)	14
Gráfico 2 - Demanda Interna por Bens de Consumo (Jan/2020 = 100)	15
Gráfico 3 - Proxy da Demanda Interna por Serviços (Jan/2020 = 100)	16
Gráfico 4 - Gastos com Cartão de Crédito à Vista em 2020 (Jan/2020 = 100).....	16
Gráfico 5 - Gastos com Boleto em 2020 (Jan/2020 = 100).....	17
Gráfico 6 - Vendas com Cartão de Débito - Regiões	18
Gráfico 7 - Variação interanual do rendimento efetivo e habitual de todos os trabalhos - 2013-2020 (Em %).....	21
Gráfico 8 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020	33
Gráfico 9 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho - 2020.....	40
Gráfico 10 - Diferença do rendimento médio efetivamente recebida (de todos os trabalhos) acrescido do A.E., por faixa de rendimento do trabalho – 2020 x 2019	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Faixas de Rendimento do Trabalho.....	24
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Desocupação (%) - 2020.....	29
Tabela 2 - Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham, no Total de Pessoas Ocupadas (%) - 2020	29
Tabela 3 - Distribuição das Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham por Condição do Afastamento (%) - 2020	29
Tabela 4 - Distribuição das Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham por Condição da Remuneração do Trabalho (%) - 2020	30
Tabela 5 - Rendimento médio real efetivamente e normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais).....	32

Tabela 6 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho	32
Tabela 7 - Rendimento médio real efetivamente e normalmente recebido de todos os trabalhos, por região – Maio/2020 (Em valores reais)	33
Tabela 8 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por região	34
Tabela 9 - Renda média total efetivamente e normalmente recebida – Maio/2020 (Em valores reais)	35
Tabela 10 - Percentual de domicílios que recebem Auxílio Emergencial no total de domicílios (%)	35
Tabela 11 - Média do rendimento proveniente do Auxílio Emergencial recebido pelos domicílios (R\$).....	36
Tabela 12 - Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.) e normalmente recebida, por região – Maio/2020 (Em valores reais)	37
Tabela 13 - Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida, por região – Maio/2020 (Em valores reais)	37
Tabela 14 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por região	38
Tabela 15 - Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.) e normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais)	38
Tabela 16 - Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais)	39
Tabela 17 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho	40
Tabela 18 - Renda média efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida daqueles sem rendimento do trabalho, por região – Maio/2020 (Em valores reais)	41
Tabela 19 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida daqueles sem rendimento do trabalho, por região	41
Tabela 23 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais).....	43
Tabela 24 - Diferença entre o rendimento médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho	43

Tabela 25 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e número de respostas obtidas no formulário da PNAD Contínua, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2019 (Em valores reais)	45
Tabela 26 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e número de respostas obtidas no formulário da PNAD Contínua, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais)	45
Tabela 27 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, ajustado com os pesos de 2019, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais).....	46
Tabela 28 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, ajustado com os pesos de 2019, para a faixa de rendimento total – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais)	47
Tabela 29 - Rendimento ajustado médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais).....	48
Tabela 30 - Diferença entre o rendimento ajustado médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho	48
Tabela 31 - Impacto do Auxílio Emergencial no rendimento efetivamente recebido (de todos os trabalhos), por faixa de rendimento do trabalho (2020)	49
Tabela 32 – Rendimento ajustado médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) acrescido do Auxílio Emergencial, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais)	50
Tabela 33 - Diferença entre o rendimento ajustado médio efetivamente recebido acrescido do A.E. em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho	50
Tabela 34 - Massa de rendimentos ajustados efetivamente recebidos (de todos os trabalhos) acrescidos do Auxílio Emergencial, por faixa de rendimento do trabalho – 2020, em bilhões de reais (Em valores reais)	51
Tabela 35 - Diferença entre a massa de rendimentos ajustados efetivamente recebidos acrescidos do A.E. em 2020 e a massa de rendimentos efetivamente recebidos em 2019, por faixa de rendimento do trabalho	51

INTRODUÇÃO

A Covid-19 teve sua origem detectada em Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou para todo o mundo, sendo decretada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Além de ser um problema de saúde pública, a pandemia da Covid-19 também gerou um fenômeno econômico inédito, afetando a oferta e a demanda por bens e serviços.

Diante dos impactos negativos da pandemia, a economia mundial enfrentou, de maneira geral, uma forte recessão no ano de 2020. Isso ocorreu, primeiramente, pois há um impacto direto na demanda final por bens e serviços, com repercussão nas importações, exportações e investimentos. O consumo das famílias, por sua vez, foi impactado negativamente pelas medidas de isolamento social adotadas pelo governo.

As medidas restritivas necessárias para o combate a Covid-19 resultaram no fechamento de estabelecimentos comerciais, que foram impossibilitados de abrir para o público por um longo período, gerando um choque de oferta. Mesmo após a flexibilização dessas medidas, o impacto sob os estabelecimentos continuou expressivo, tendo em vista o receio de contágio por parte da população. Esse receio gerou impactos adicionais, com consequências diretas nos serviços intensivos em contato humano.

Diante dessa situação adversa, houve, também, aumento do desemprego e do afastamento do trabalho. Além disso, foi necessária uma adaptação por parte dos empresários e dos consumidores, que passaram a investir no comércio eletrônico e nos serviços de *delivery*. Em um contexto de impossibilidade de contato físico, as vendas *online* tornaram-se uma necessidade. Dessa forma, nota-se que a pandemia da Covid-19 gerou um fenômeno único, com mudança no volume e na estrutura do consumo das famílias brasileiras.

A partir disso, constata-se que os impactos da pandemia da Covid-19 no consumo das famílias brasileiras são determinados por três fatores: O medo do contágio por parte da população, a imposição de medidas restritivas e a diminuição da renda das famílias. Inicialmente, o objetivo desse trabalho era analisar o comportamento do consumo durante o período de pandemia, porém, ao longo do estudo, observou-se a importância da investigação sobre a renda das famílias. O comportamento do consumo serve, dessa forma, como motivação para estudar o impacto na renda.

Esse trabalho objetiva, portanto, mensurar os impactos da pandemia da Covid-19 nos rendimentos do trabalho e na renda total das famílias, analisando, para tal fim, seus fatores condicionantes e peculiaridades, como a adoção do Auxílio Emergencial por parte do governo federal. Para isso, a monografia será dividida em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, contextualizando as principais investigações já feitas e atentando para temas pertinentes como o impacto do Auxílio Emergencial, enquanto, no segundo capítulo, são apresentadas a metodologia e as bases de dados utilizadas ao longo deste trabalho, sendo detalhado o passo-a-passo para execução dos estudos.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta os resultados das análises e estudos realizados, sendo feita uma investigação dos dados apresentados e sendo analisados, dentre outros aspectos, os conceitos de rendimento do trabalho, renda total e massa de renda. São apresentados, portanto, as principais conclusões sobre o presente trabalho e averiguados, de fato, os impactos da pandemia da Covid-19 na renda das famílias brasileiras.

CAPÍTULO I: REVISÃO DA LITERATURA

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, sendo, portanto, um tema recente e com repercussões parcialmente desconhecidas. Ainda assim, há abundância no que diz respeito à literatura, tendo em vista que trata-se de um fenômeno com implicações econômicas inéditas. Assim sendo, esse capítulo tem como objetivo fazer uma revisão desta literatura, buscando explorar a relação entre a pandemia da Covid-19 e a renda das famílias brasileiras.

Inicialmente, são apresentados estudos sobre a variação no volume de consumo durante o período da pandemia, que serviram como motivação para a análise feita nessa monografia. Atenta-se para a mudança na intenção de consumo dessas famílias, o papel dos gastos com cartão de crédito e débito, o Consumo Aparente de bens industriais e de serviços e a importância do Auxílio Emergencial. Na sequência, são apresentados estudos que abordam, de fato, a renda das famílias brasileiras.

Devido as medidas de prevenção à Covid-19 implementadas pelo governo brasileiro, ao medo de contágio da doença por parte da população e ao aumento do desemprego resultante da crise econômica gerada pelo vírus, o consumo de bens e serviços das famílias foi impactado negativamente. A análise de Dweck (2020) investiga esse impacto no consumo de cada setor da economia, utilizando como base uma matriz insumo-produto (MIP) para o ano de 2017. Os dados analisados têm como referência o ano de 2019 e são deflacionados para preços de 2017, a fim de compatibilizá-los com a MIP utilizada no modelo. Nesse processo, são elaborados três cenários, que consideram a oferta e demanda de bens e serviços no período de isolamento social, assim como a potencial recuperação econômica posterior.

O cenário de referência pressupõe um longo período de isolamento social seguido de uma lenta recuperação econômica, assim como atuação inadequada por parte do governo no combate à pandemia e período prolongado de recuperação da economia mundial. O cenário otimista apresenta uma visão mais positiva para as variáveis, considerando uma rápida recuperação da atividade econômica, enquanto o cenário pessimista pressupõe o contrário.

Também, há diferenciação quanto a demanda de cada setor para cada cenário analisado. De forma geral, há redução na demanda para a maioria dos setores, entretanto, no cenário otimista considera-se que a demanda por alimentos, perfumaria, sabões, artigos de limpeza, produtos farmacêuticos, eletricidade, gás e saúde privada foram mantidas ou ampliadas. Nos

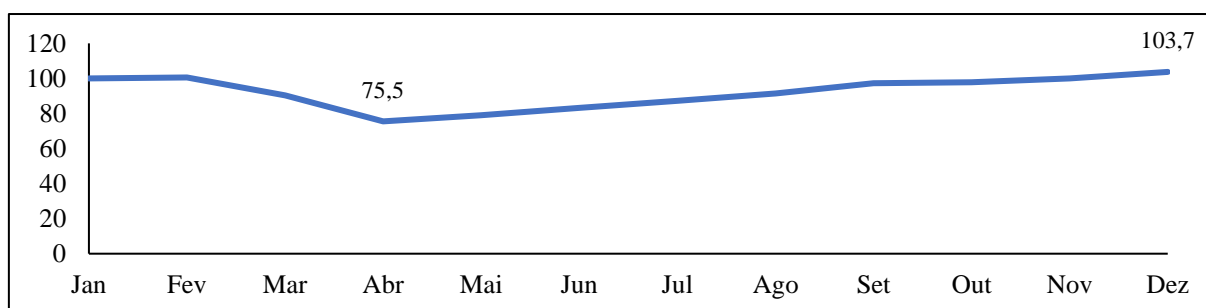
cenários de referência e pessimista, apenas os produtos de perfumaria, sabões, artigos de limpeza, eletricidade e gás tiveram sua demanda ampliada.

A partir disso, o estudo aponta um choque negativo de 3,8% no consumo das famílias para o ano de 2020, no cenário de referência. Para o cenário otimista, esse impacto é de -1,5%, enquanto, para o cenário pessimista, é de -8,3%. Assim sendo, evidencia-se que há um impacto negativo da pandemia da Covid-19 no consumo das famílias brasileiras, com diferentes magnitudes entre os cenários analisados. Uma vez que o consumo está diretamente relacionado à renda, indica-se, portanto, um impacto semelhante no faturamento das famílias.

De forma complementar, pode-se analisar os impactos econômicos da pandemia no consumo a partir do Consumo Aparente de bens e serviços, que é calculado a partir da diferença entre a importação e exportação do setor de bens ou serviços, somada à sua produção interna. É, portanto, a parcela da produção doméstica destinada ao mercado interno acrescida das importações, o que possibilita uma análise da demanda interna.

Carvalho (2021) apresenta, na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um estudo sobre o Consumo Aparente de bens industriais, verificando a evolução desse indicador ao longo do ano de 2020. Conforme apresentado no Gráfico 1, a curva da demanda interna por bens industriais acompanha a chegada da pandemia da Covid-19 no país, havendo uma contração do índice a partir do mês de fevereiro. O ponto mais baixo é atingido no mês de abril, com uma demanda 24,5% inferior ao período pré-pandemia. Desde então, há uma progressiva recuperação do indicador, atingindo, inclusive, patamares superiores aos dos meses de janeiro e fevereiro, o que evidencia uma recuperação da atividade econômica.

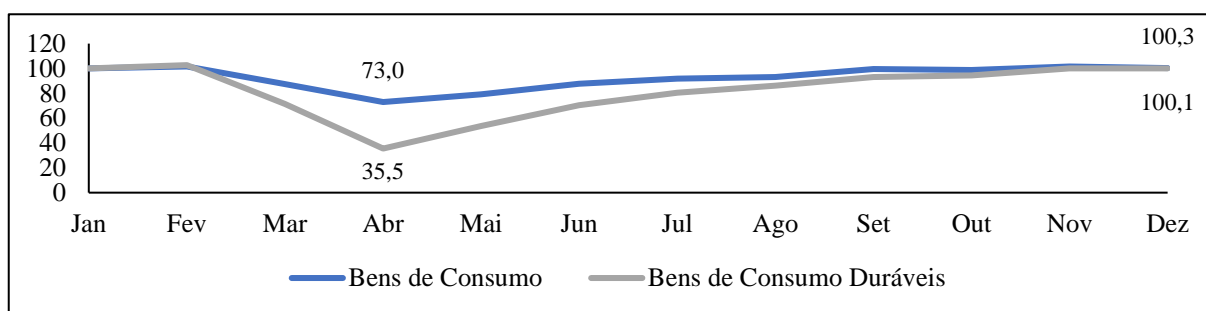
Gráfico 1 - Demanda Interna por Bens Industriais (Jan/2020 = 100)



Fonte: Carvalho (2021). Elaboração: Autor

Do mesmo modo, pode-se analisar a demanda interna por bens de consumo, que são aqueles utilizados pelas famílias, como, por exemplo, alimentos, eletrodomésticos e produtos de higiene pessoal. Assim como no caso anterior, a curva acompanha a chegada da pandemia no Brasil, com o ponto mais baixo sendo atingido no mês de abril, 27% abaixo do período pré-pandemia. Ao analisar a curva de Demanda Interna por bens de consumo duráveis, entretanto, nota-se um comportamento distinto. Há uma queda ainda mais acentuada nesse indicador, que, em abril, apresentou uma redução de 64,5% com relação ao mês de janeiro, o que é explicado pelas preferências de consumo das famílias, que optam por gastar sua renda com bens essenciais. É importante ressaltar, porém, que todos os indicadores apresentaram progressiva recuperação a partir de maio, o que, mais uma vez, aponta para a recuperação do consumo.

Gráfico 2 - Demanda Interna por Bens de Consumo (Jan/2020 = 100)

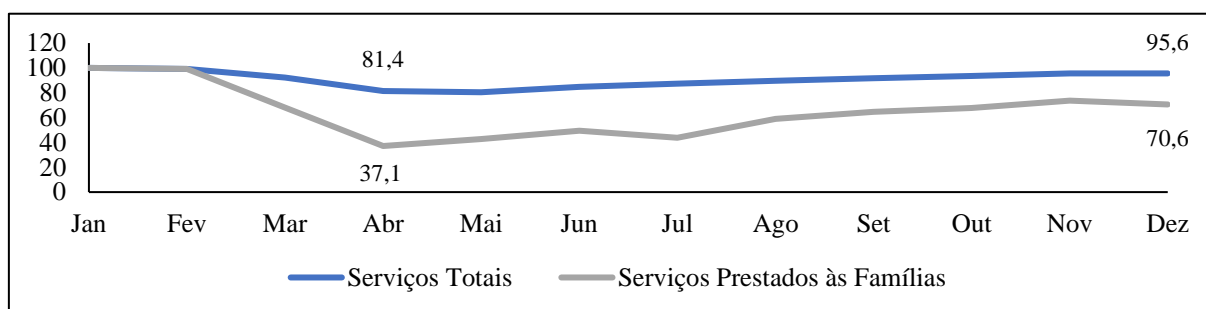


Fonte: Carvalho (2021). Elaboração: Autor

O Consumo Aparente de serviços, por sua vez, difere do de bens industriais. Tendo em vista que há pouca importação e exportação de serviços, pode-se considerar a produção interna como uma *proxy* do Consumo Aparente. Para isso, utiliza-se a Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE, com ajuste sazonal. A partir dos dados do IBGE (2021), constata-se que a *proxy* da demanda interna por serviços totais foi, assim como nos casos anteriores, afetada pela pandemia da Covid-19, havendo uma queda de 18,6% no mês de abril de 2020 com relação ao mês de janeiro de 2020. Desde então, houve uma recuperação do indicador, conforme apresentado no Gráfico 3.

Ao investigar somente os serviços prestados às famílias, entretanto, é possível notar um impacto mais expressivo da Covid-19. No mês de abril, o indicador atingiu seu ponto mais baixo, com valor 62,9% inferior ao mês de janeiro. Houve, portanto, uma queda mais acentuada do que a vista nos indicadores apresentados anteriormente, seguida de uma recuperação mais lenta.

Gráfico 3 - Proxy da Demanda Interna por Serviços (Jan/2020 = 100)

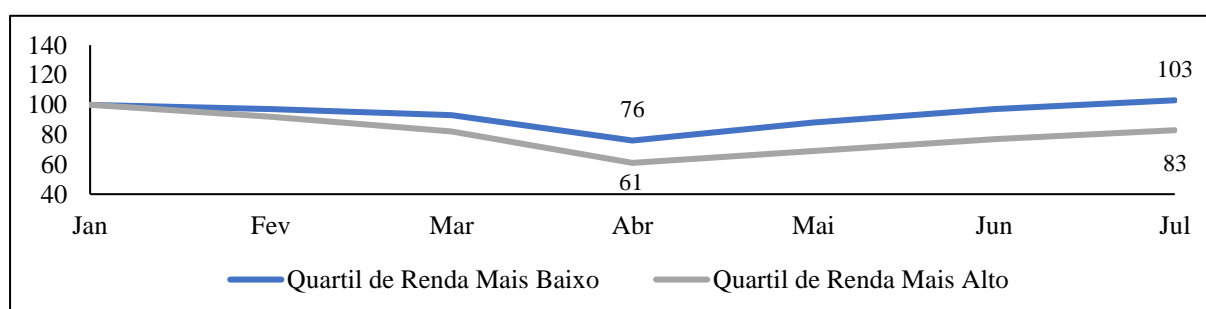


Fonte: IBGE (2021). Elaboração: Autor

Esse diferente comportamento apresentado pelas curvas de demanda interna por bens e serviços pode ser explicado pelas peculiaridades de cada setor. O medo do contágio da doença e as medidas de restrição impostas à população impactaram mais severamente o setor de serviços, tendo em vista que há maior contato humano. Ainda que tenha sido afetada, a demanda por bens foi rapidamente recuperada, considerando, dentre outras coisas, a crescente ascensão do comércio eletrônico, que não se aplica ao mercado de serviços. Assim, pode-se afirmar que o setor de serviços foi afetado com maior magnitude pela pandemia da Covid-19 e apresenta uma recuperação da demanda mais lenta do que o setor de bens industriais e de bens de consumo.

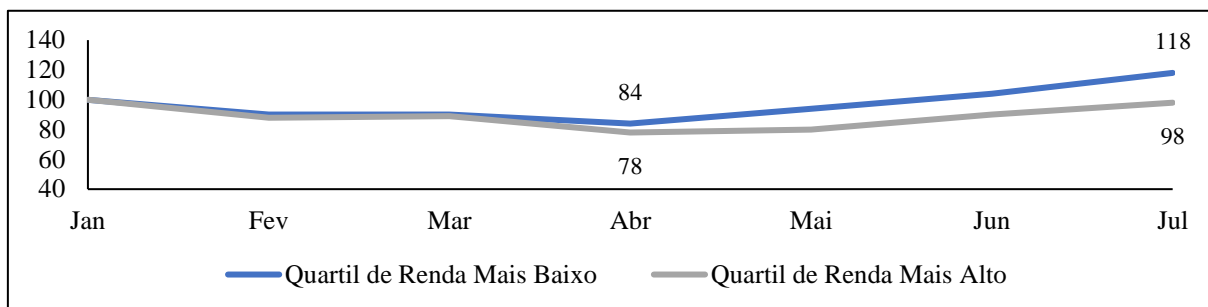
Outros indicadores e estudos podem ser analisados de forma a reforçar a relação negativa entre a pandemia da Covid-19 e o consumo das famílias brasileiras, apresentando abordagens e objetos de análise distintos. Um deles é a investigação feita pelo Banco Central do Brasil (2020c), que analisa os gastos com cartão de crédito e boletos bancários. Para isso, a população é dividida em diferentes quartis de renda, tendo como objeto de análise aqueles que se encontram abaixo do quartil de menor renda e aqueles acima do de maior renda nos primeiros meses de 2020, tomando como base o mês de janeiro. Os gráficos abaixo ilustram os resultados:

Gráfico 4 - Gastos com Cartão de Crédito à Vista em 2020 (Jan/2020 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil (2020c). Elaboração: Autor

Gráfico 5 - Gastos com Boleto em 2020 (Jan/2020 = 100)



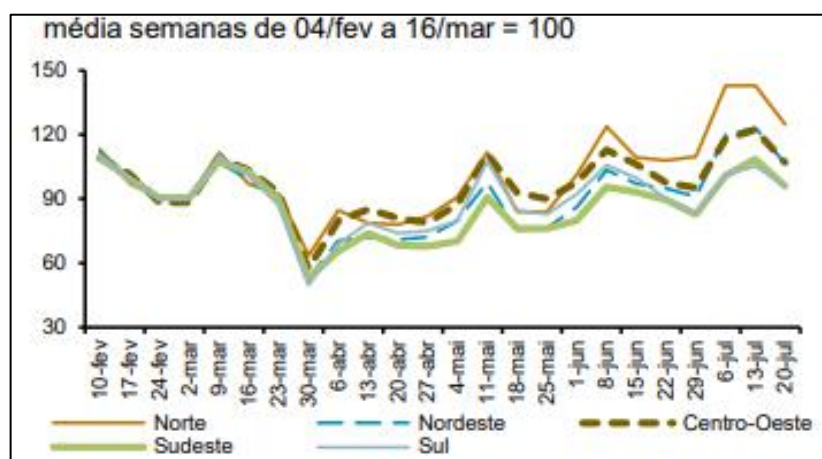
Fonte: Banco Central do Brasil (2020c). Elaboração: Autor

A partir da análise gráfica, fica evidente que, para ambos os gráficos, o consumo do grupo de renda mais baixa apresentou uma queda menos expressiva no seu consumo, seguida de uma rápida recuperação, atingindo, inclusive, um patamar superior ao período pré-pandemia no mês de julho. O consumo dos indivíduos de classe de renda mais alta, por sua vez, apresentou uma queda mais acentuada seguida de uma recuperação mais lenta.

Essa diferença no comportamento dos quartis de renda pode ser explicada pelo Auxílio Emergencial adotado pelo governo, que será aprofundado no decorrer deste trabalho, e pela diferente composição da cesta de bens e serviços entre os grupos. Entretanto, ainda que haja um comportamento distinto para cada classe de renda, pode-se afirmar que esse estudo reforça as informações apresentadas anteriormente, havendo um impacto negativo no volume de consumo das famílias seguido de uma progressiva recuperação.

De modo semelhante, pode-se investigar os gastos com cartão de débito, a partir de outra análise realizada pelo Banco Central do Brasil (2020b), que estuda o comportamento das vendas com cartão de débito das cinco regiões brasileiras entre os meses de fevereiro e julho de 2020. Conforme apresentado no Gráfico 6, todas as regiões apresentam comportamento similar, atingindo o nível mais baixo de vendas no final do mês de março, o que evidencia a contração do consumo frente a Covid-19. Desde então, há uma recuperação da variável, mas com diferentes magnitudes entre as regiões.

Gráfico 6 - Vendas com Cartão de Débito - Regiões



Fonte: Banco Central do Brasil (2020b)

Destaca-se as regiões Norte e Nordeste que, em julho, apresentaram um nível de consumo 37% e 16% acima, respectivamente, do período pré-pandemia. Esse desempenho pode ser explicado, em parte, pela distribuição dos municípios em quartis de renda média. Essas regiões apresentam, proporcionalmente, mais municípios do primeiro e segundo quartis do que as demais regiões do país. Tendo em vista que os municípios mais pobres apresentam uma maior proporção de bens e serviços essenciais em sua cesta de bens e serviços, pode-se assumir que esses municípios apresentaram uma menor redução do consumo durante a pandemia da Covid-19. Ademais, deve-se atentar para o fato de serem municípios mais favorecidos pelo Auxílio Emergencial, o que contribui para a retomada do consumo.

Assim, pode-se afirmar que o consumo das famílias foi menos impactado nos municípios mais pobres. Deve-se apontar, entretanto, que, ainda que tenha havido esse aumento expressivo do consumo dos municípios mais pobres, sua participação no consumo com cartão de débito em nível nacional é de apenas 24,9%, enquanto os municípios mais ricos (do quarto quartil de renda) respondem por 46,1% desse total. Dessa forma, as evidências sugerem que a recuperação da economia nacional dependerá da retomada do consumo dos municípios de maior renda, que, durante a pandemia, podem ter aumentado a poupança (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020b).

Diante das evidências apontadas, indica-se, portanto, que a chegada da pandemia da Covid-19 no país afetou negativamente o volume de consumo das famílias brasileiras, havendo recuperação desse consumo nos meses seguintes. Essas informações servem de insumo para o objetivo dessa monografia: Analisar o impacto da Covid-19 na renda das famílias, uma vez que há forte relação entre o consumo e a renda. Entretanto, antes de apresentar a literatura referente

aos rendimentos das famílias, deve-se averiguar estudos referentes a um fator determinante para a composição da renda e para a recuperação do consumo: o Auxílio Emergencial.

O Auxílio Emergencial foi um programa emergencial de transferência de renda, que garantia um benefício mensal aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19, tendo sido disponibilizado, aproximadamente, 293 bilhões de reais no ano de 2020 para esse fim, segundo dados do Tesouro Nacional (2021). A última parcela do benefício havia sido paga em dezembro de 2020. Em 2021, o governo brasileiro decidiu pela retomada do Auxílio a partir do mês de abril. Entretanto, esse novo benefício não será abordado nesse trabalho.

Neri (2020) aponta que as regiões Norte e Nordeste apresentam, dentre todas as regiões brasileiras, a maior cobertura do Auxílio Emergencial entre domicílios particulares permanentes, com 60,6% e 59,6%, respectivamente. Por outro lado, as regiões Sul (30,9%) e Sudeste (37,2%) apresentam menor cobertura. Essa informação se relaciona com os dados do Banco Central do Brasil (2020b), indicando uma menor redução do consumo nos municípios e regiões mais pobres do país.

Um estudo do Banco Central do Brasil (2020a) busca analisar, especificamente, o impacto desse Auxílio Emergencial no consumo, medido por meio das compras com cartão de débito. Constata-se que há uma relação positiva entre a importância do Auxílio Emergencial na renda mensal do município e a variação percentual nas compras com cartão de débito, com essa variação sendo mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior cobertura do Auxílio.

Além disso, é observado que, nos municípios em que o Auxílio Emergencial representou um aumento de 1 ponto percentual na renda, houve um aumento de 0,83 pontos percentuais nas compras. Se esse coeficiente for interpretado como a propensão marginal a consumir a partir do Auxílio, pode-se afirmar que grande parte desse benefício foi destinada ao consumo e apenas uma pequena parcela foi destinada à poupança (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020a).

Assim, pode-se afirmar que o Auxílio Emergencial contribuiu efetivamente para amenizar o impacto da Covid-19 no consumo das famílias. Do mesmo modo, contribuiu para a retomada desse consumo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Conseqüentemente, o fim do programa de transferência de renda pode ser determinante para a desaceleração dessa retomada.

Portanto, mesmo com objetos de análise e escopos distintos, todos os estudos apresentados apontam para uma relação negativa entre o consumo das famílias brasileiras e a pandemia da Covid-19, com impactos na Intenção de Consumo das Famílias, nos gastos com cartão de crédito, boletos e cartão de débito e no Consumo Aparente de bens e serviços, seguida de uma progressiva recuperação. Nesse processo, o Auxílio Emergencial adotado pelo Governo Federal serviu para amenizar os impactos resultantes da pandemia, principalmente nos municípios e regiões mais pobres do país, assim como serviu para influenciar a retomada desse consumo.

Conforme apresentado anteriormente, os estudos referentes ao impacto da Covid-19 no consumo serviram como incentivo para o estudo fim dessa monografia, que é analisar o impacto da pandemia nos rendimentos das famílias. Assim, passa-se a investigar a literatura que analisa esse impacto, começando pelo estudo de Corseuil (2021), publicado na Nota Técnica nº 92 do IPEA, que busca verificar o comportamento dos rendimentos do trabalho durante o período de pandemia, com base nos dados disponibilizados pela PNAD Contínua.

Para isso, o estudo realiza uma comparação entre os rendimentos do trabalho habituais, que o trabalhador normalmente recebe, e os rendimentos do trabalho efetivos, que refletem o valor recebido pelo trabalhador no mês de referência da pesquisa. Além disso, os dados são apresentados por trimestre e considera-se a variação interanual dos rendimentos habituais e efetivos.

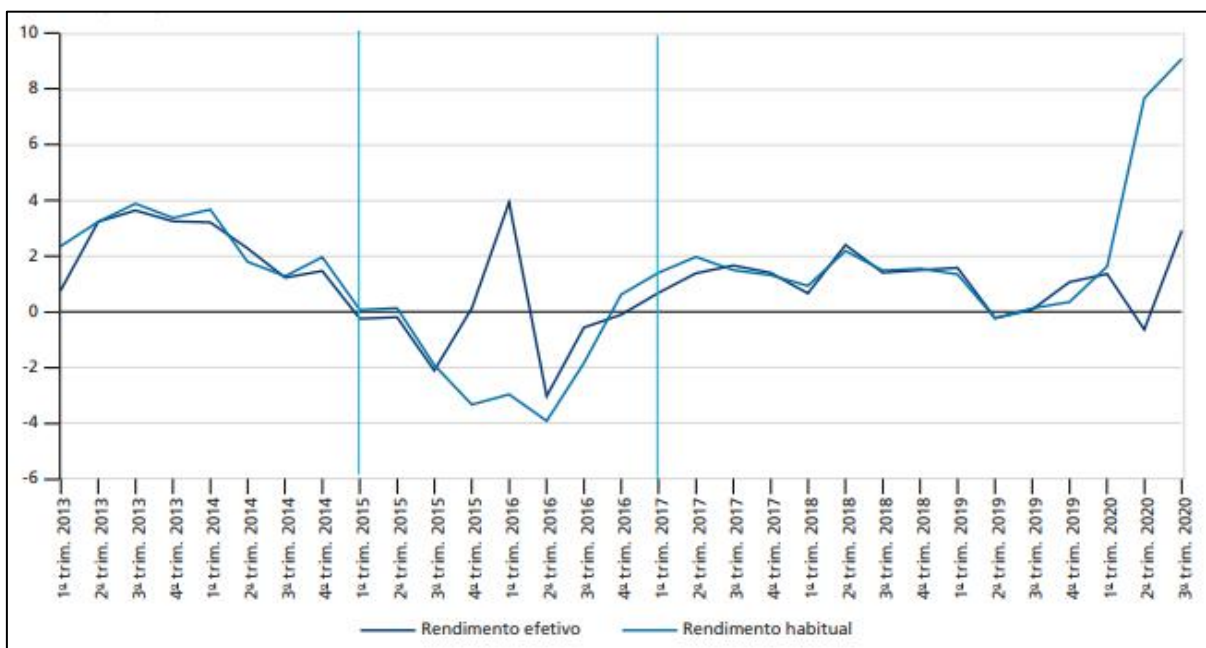
É importante ressaltar que o estudo em questão analisa o comportamento dos rendimentos do trabalho, habituais e efetivos, desde o primeiro trimestre de 2013, buscando verificar, além do impacto durante o período da pandemia, o comportamento dessas variáveis durante a recessão do período 2015-2016. Entretanto, nesse trabalho, serão apresentadas as conclusões e análises feitas somente para o período da pandemia da Covid-19. O Gráfico 7 ilustra os resultados obtidos.

Corseuil (2021) mostra que o segundo trimestre de 2020 apresenta a maior divergência da série histórica entre os rendimentos habituais e efetivos, o que reflete os impactos econômicos negativos da pandemia da Covid-19. No trimestre seguinte, há uma diminuição dessa divergência, porém ela ainda se mantém em níveis superiores ao resto da série. Destaca-se o aumento, na comparação interanual, dos rendimentos habituais, que pode ser explicado pelo forte aumento do desemprego, principalmente dentre os trabalhadores informais e com

educação precária. Essa relação é explicada pelo fato desse aumento do desemprego afetar, principalmente, as classes mais pobres, o que resulta, dessa forma, em um aumento da média.

Os rendimentos efetivos, por sua vez, são influenciados pela redução nas horas efetivamente trabalhadas, tendo em vista que empregados sem carteira assinada podem ter sua jornada de trabalho diminuída, de forma a reduzir custos, assim como trabalhadores por conta-própria podem reduzir sua jornada caso percebam que a demanda não justifica os custos. Além disso, tem-se a adoção, por parte do governo, de políticas que flexibilizam os vínculos empregatícios formais e possibilitam a redução na jornada de trabalho, assim como a implementação de restrições de mobilidade e contato físico, que fazem com que a redução da jornada efetiva de trabalho seja imprescindível (CORSEUIL, 2021).

Gráfico 7 - Variação interanual do rendimento efetivo e habitual de todos os trabalhos - 2013-2020 (Em %)



Fonte: Corseuil (2021)

De forma complementar, tem-se a investigação realizada por Barbosa e Prates (2020), publicada no Boletim Mercado de Trabalho n°69, do IPEA, que busca analisar o comportamento da renda domiciliar *per capita* a partir da adoção do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP n° 936/2020), que estimula acordos entre empregados e empregadores para redução da jornada de trabalho e salário, e da Renda Básica Emergencial – RBE (Lei n° 13.982/2020), que implementa o Auxílio Emergencial. Tais medidas foram criadas de forma a mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia da Covid-19 e apresentam impactos distintos sobre a renda.

A partir da análise dos efeitos marginais dessas políticas sobre os rendimentos, o estudo aponta que o padrão comporta-se conforme o esperado, com a MP nº 936/2020 apresentando um efeito negativo sobre a renda. Tendo como *baseline* uma renda domiciliar *per capita* de 1.442,00 reais, é apontado que os efeitos da MP nº 936/2020 provocariam uma redução de 29,00 reais nessa renda. A RBE, por sua vez, teria o efeito contrário. É detalhado que uma RBE, ou seja, um Auxílio Emergencial, de 300,00 reais seria responsável por um acréscimo de 89,00 reais na renda domiciliar *per capita*, enquanto o benefício de 600,00 reais representaria um acréscimo de 178,00 reais.

Além disso, Barbosa e Prates (2020) analisam o comportamento da renda domiciliar *per capita* em cenários sequenciais, a partir da implementação da análise de três possibilidades: se a RBE não tivesse sido criada, se o valor do benefício for de 300,00 reais e, por fim, se o valor do benefício for de 600,00 reais. É exposto que, na ausência da RBE, a queda na renda domiciliar *per capita* teria sido drástica, enquanto um Auxílio Emergencial no valor de 300,00 reais restituiria parcialmente essa renda. No cenário em que o valor do benefício é de 600,00 reais, houve elevação da renda. Assim, afirma-se que o valor de 300,00 reais mostra-se como insuficiente e inadequado, ao contrário do valor de 600,00 do benefício, que é efetivo na recuperação da renda.

Assim sendo, mesmo com objetos de análise e escopos distintos, os estudos apresentados indicam uma relação negativa entre o rendimento das famílias brasileiras e a pandemia da Covid-19, resultante, dentre outros aspectos, da implementação de medidas restritiva e do aumento do desemprego. Nesse processo, o Auxílio Emergencial atua na recuperação dos rendimentos das famílias, servindo para compensar, portanto, os efeitos negativos da Covid-19. Nos próximos capítulos, essa relação será explorada.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA E BASE DE DADOS

De forma a estudar e verificar os impactos da pandemia da Covid-19 no rendimento do trabalho e na renda total das famílias brasileiras, optou-se por analisar duas bases de dados: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD Covid-19) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Ambas as pesquisas são elaboradas pelo IBGE e, ainda que apresentem metodologias e amostras distintas, permitem, individualmente, que conclusões sejam feitas a respeito do comportamento da renda durante o período de pandemia.

Inicialmente, analisa-se os dados da PNAD Covid-19, pesquisa experimental realizada especialmente para investigar o período de distanciamento social e monitorar os impactos da pandemia no mercado de trabalho. Para isso, utiliza-se os dados mensais da pesquisa, realizada entre os meses de maio e novembro de 2020. São apresentados indicadores gerais a respeito do mercado de trabalho durante o período da pandemia, como a taxa de desocupação e o percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho, em relação ao total de pessoas ocupadas. Do mesmo modo, apresenta-se a distribuição das pessoas ocupadas e afastadas do trabalho, por condição do afastamento e, por fim, a distribuição das pessoas ocupadas e afastadas do trabalho, por condição da remuneração do trabalho. Todos os indicadores são extraídos diretamente da base de dados da PNAD Covid-19 do mês de novembro, que apresenta a série histórica.

Em seguida, passa-se a averiguar os rendimentos médios efetivamente e normalmente recebidos de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho e por região. Para isso, utiliza-se os microdados mensais da PNAD Covid-19 e o deflator da pesquisa divulgado pelo IBGE, que são investigados utilizando-se a ferramenta Microsoft Excel. É importante ressaltar, entretanto, que essa variável normalmente recebida não representa o valor normalmente recebido no mesmo período do ano anterior, sendo, portanto, uma variável subjetiva.

A partir dos microdados mensais da PNAD Covid-19, verifica-se o rendimento efetivamente recebido e o rendimento normalmente recebido de todos os trabalhos para cada respondente da pesquisa e, com o deflator da PNAD Covid-19, divulgado pelo IBGE, transforma-se esses rendimentos em valores reais. Assim, é feita uma média aritmética dos valores obtidos para cada região brasileira, a partir da informação de unidade federativa de cada respondente, divulgada pela própria pesquisa, e por faixa de rendimento do trabalho. Optou-se por utilizar as faixas de rendimento do trabalho apresentadas no Quadro 1, que estão de acordo

com as definidas na Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 (POF 2017-2018), que inicialmente fazia parte do escopo dessa monografia.

Quadro 1 - Faixas de Rendimento do Trabalho

#	Faixa de rendimento do trabalho
1	Até R\$ 1.908
2	Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862
3	Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724
4	Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540
5	Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310
6	Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850
7	Mais de R\$ 23.850

Fonte: POF 2017-2018/IBGE (2019). Elaboração: Autor.

Visando a objetividade da análise, optou-se por apresentar os dados somente para o mês de maio de 2020, de forma a averiguar, no primeiro mês de realização da pesquisa, os impactos econômicos resultantes da chegada da pandemia da Covid-19. Na sequência, é feita uma comparação com o mês de novembro de 2020, de modo a comparar os diferentes períodos do ano e verificar se houve evolução na condição econômica.

Uma vez estabelecida a análise a respeito dos rendimentos do trabalho, que não considera os rendimentos oriundos de outras fontes, passa-se a considerar a renda total das famílias, que consiste no somatório entre o rendimento do trabalho e o rendimento oriundo de benefícios, dentre eles o Auxílio Emergencial adotado pelo governo federal. Assim como no caso anterior, todos os rendimentos, tanto efetivamente recebidos quanto normalmente recebidos, são calculados a partir dos microdados mensais da PNAD Covid-19 e transformados em valores reais a partir do Deflator da pesquisa.

Para a renda efetivamente recebida, considera-se o somatório do rendimento efetivo de todos os trabalhos com o rendimento oriundo de benefícios, dentre eles o seguro-desemprego, o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Para a renda normalmente recebida, utiliza-se a mesma metodologia, porém não é considerado o Auxílio Emergencial, uma vez que o benefício somente foi criado para combate à pandemia. As médias são calculadas por região e por faixa de rendimento do trabalho.

Apresenta-se, também, dados gerais a respeito do Auxílio Emergencial, de forma a verificar o percentual de domicílios que recebem o Auxílio Emergencial e a média do rendimento proveniente do benefício, por região. As informações são extraídas diretamente da

base de dados da PNAD Covid-19 do mês de novembro de 2020, que apresenta a série histórica das variáveis, em valores reais.

Em sequência, é feita uma análise comparativa entre a renda média total efetivamente recebida e a normalmente recebida, sendo verificado o impacto resultante do Auxílio Emergencial. Assim como no caso anterior, as investigações são feitas por região e por faixa de rendimento do trabalho e, visando a objetividade da análise, apresenta-se somente os dados para o mês de maio de 2020, sendo feita, posteriormente, uma comparação com os resultados de novembro de 2020.

Assim, é possível verificar os impactos da Covid-19 sobre o rendimento do trabalho e renda total das famílias. Entretanto, até então, foram considerados somente aqueles com rendimento do trabalho, sendo necessário, portanto, replicar a análise para as famílias que não possuem tais rendimentos, sobrevivendo somente com o rendimento oriundo de benefícios adotados pelo governo. Mais uma vez, utiliza-se os microdados mensais da PNAD Covid-19 para calcular a renda daqueles sem rendimento do trabalho, com os dados sendo transformados em valores reais por meio do deflator divulgado pelo IBGE.

Os dados são divulgados para o mês de maio de 2020 e, posteriormente, comparados com os resultados de novembro de 2020. Ao contrário das análises anteriores, é feito um estudo considerando somente as regiões brasileiras, uma vez que não é possível realizar uma análise por faixa de rendimento do trabalho para aqueles que não possuem rendimentos oriundos do trabalho.

Entretanto, uma vez que o rendimento normalmente recebido evidenciado pela PNAD Covid-19 é, conforme apontado anteriormente, uma variável subjetiva, optou-se por incluir uma segunda abordagem, considerando os dados da PNAD Contínua, que possibilita uma comparação entre o rendimento efetivamente recebido com o rendimento efetivamente recebido no mesmo período do ano anterior. Para isso, considera-se os dados trimestrais da pesquisa, tendo em vista que os microdados somente são divulgados com essa frequência. No tratamento dos dados, utiliza-se os *softwares* R Studio e Microsoft Excel.

É importante ressaltar que as duas pesquisas adotam metodologias e referências distintas e, dessa forma, não podem ser comparadas em uma mesma série de dados. Ainda assim, a PNAD Covid-19 e a PNAD Contínua podem servir, individualmente e de forma complementar, como insumos para análise do comportamento da renda das famílias durante a pandemia da Covid-19.

Calcula-se, a partir dos microdados trimestrais da PNAD Contínua, o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho. Utiliza-se a mesma metodologia adotada no tratamento da base de dados da PNAD Covid-19, com os dados sendo passados para valores reais, a partir do deflator divulgado pelo IBGE para a pesquisa PNAD Contínua, e com utilização das mesmas faixas de rendimento do trabalho. Os dados são apresentados para os quatro trimestres de 2020 e comparados com os mesmos períodos de 2019.

Ao longo do estudo verificou-se, porém, que os dados da PNAD Contínua apresentam um efeito-composição, resultante da diminuição da amostra da pesquisa com o início da pandemia da Covid-19. Assim, realizou-se uma análise específica para esse fenômeno, a partir do levantamento do rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e número de respostas obtidas na pesquisa para aqueles pertencentes à menor faixa de rendimento do trabalho, para os anos de 2020 e 2019.

Para isso, a faixa de menor rendimento foi dividida em quatro faixas menores de rendimento do trabalho e, a partir do número de respondentes em cada faixa de rendimento, foi possível calcular os pesos de cada uma dessas faixas na composição do rendimento médio da faixa de menor rendimento considerada inicialmente. Uma vez calculados os pesos para os anos 2020 e 2019, replicou-se os pesos de cada faixa de rendimento no ano 2019 para o ano 2020, de forma a averiguar a existência, de fato, desse efeito-composição ou efeito-estrutura.

Uma vez analisado o impacto da pandemia da Covid-19 sobre os rendimentos efetivamente recebidos de todos os trabalhos e verificada a existência do efeito-composição nos dados da PNAD Contínua, inclui-se o Auxílio Emergencial na análise. É importante ressaltar, porém, que a PNAD Contínua não considera o rendimento oriundo do Auxílio Emergencial em seu questionário. Assim, adotou-se a hipótese de que, em média, o benefício apresentaria o mesmo impacto na renda que o evidenciado a partir dos dados da PNAD Covid-19.

Calculou-se, portanto, o impacto médio do Auxílio Emergencial por faixa de rendimento do trabalho, a partir da divisão entre a renda total com o benefício e a renda total sem o benefício, para cada mês de realização da pesquisa PNAD Covid-19. A partir disso, foi possível calcular a média de cada trimestre de 2020. Uma vez que o benefício somente foi adotado a partir de abril de 2020, não foi considerado o seu impacto no primeiro trimestre do ano. Para o segundo trimestre, considerou-se a média entre os meses de maio e julho, enquanto, para o terceiro, considerou-se os meses de julho, agosto e setembro. Por fim, para o quarto trimestre de 2020, foram considerados os meses de outubro e novembro.

Dessa forma, calcula-se o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos acrescido do Auxílio Emergencial, por meio do produto entre o rendimento real efetivamente recebido, calculado anteriormente, e o impacto médio do benefício para cada trimestre. Isso foi feito por faixa de rendimento do trabalho, para cada trimestre de 2020. Novamente, considera-se os valores reais, a partir do Deflator divulgado pelo IBGE. Posteriormente, é feita uma análise comparativa com os mesmos períodos de 2019.

Por fim, é feita uma análise a respeito da massa de renda, calculada a partir do produto entre o rendimento médio efetivamente recebido, acrescido do Auxílio Emergencial, e o número de pessoas ocupadas, para cada faixa de rendimento do trabalho. Utiliza-se os microdados trimestrais e os dados são transformados para valores reais.

De forma a obter o número de pessoas ocupadas, extrai-se, diretamente da base de dados da PNAD Contínua, o número de pessoas ocupadas no total do país. Uma vez que não é possível obter dados relativos às faixas de rendimento do trabalho, verifica-se o número de respondentes da pesquisa pertencentes a cada faixa de rendimento, para cada trimestre analisado. Posteriormente, é calculado o peso de cada faixa de rendimento no número total de respostas obtidas. Uma vez obtido o peso de cada faixa de rendimento do trabalho na pesquisa, pode-se calcular a *proxy* do número de pessoas ocupadas em cada faixa. As informações são apresentadas para todos os trimestres de 2020, sendo feito, novamente, um comparativo com os dados de 2019.

Assim, a partir dos elementos evidenciados na PNAD Covid-19 e na PNAD Contínua, pode-se averiguar os impactos da pandemia da Covid-19 no rendimento das famílias brasileiras, sendo feito um comparativo entre o resultado de ambos os estudos. Dessa forma, pode-se compreender como a pandemia afetou o rendimento do trabalho das famílias e sua renda total, assim como o papel do Auxílio Emergencial nesse processo.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo objetiva apresentar e investigar o impacto da Covid-19 no rendimento das famílias brasileiras, sendo dividido em duas partes. Inicialmente, serão analisados os dados presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD Covid-19), objetivando averiguar o impacto da pandemia nos rendimentos do trabalho e na renda total das famílias. Para isso, é feita, dentre outras análises, uma comparação entre o rendimento do trabalho e a renda total efetivamente recebida com o rendimento do trabalho e renda total normalmente recebida.

Entretanto, essa variável normalmente recebida não representa o valor normalmente recebido no mesmo período do ano anterior, sendo, portanto, uma variável subjetiva. Por esta razão, a diferença entre o “efetivamente recebido” e o “normalmente recebido” não é uma boa medida para avaliar o quanto a renda foi afetada por causa da Covid-19. Optou-se, então, por uma segunda estratégia para tentar estimar a queda de renda. Essa estratégia considera os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que permite realizar uma análise da variação anual dos rendimentos.

Mais uma vez, é importante ressaltar que, ainda que ambas as pesquisas sejam realizadas pelo IBGE, são adotadas metodologias, referências e amostras distintas. Dessa forma, as pesquisas não podem ser comparadas em uma mesma série de dados. Ainda assim, a PNAD Covid-19 e a PNAD Contínua podem servir, individualmente e de forma complementar, para averiguar o comportamento do rendimento das famílias brasileiras durante a pandemia da Covid-19.

III.1 – Análise dos rendimentos a partir dos dados da PNAD Covid-19

A partir dos dados da PNAD Covid-19 de Novembro de 2020, é possível analisar os indicadores de desemprego e afastamento do trabalho, que impactam diretamente os rendimentos das famílias. A Taxa de Desocupação indica que, desde o início da pesquisa, houve um aumento do nível de desemprego em território nacional, que passou de 10,7% em maio para 14,2% em novembro de 2020 no total do país. No mês de maio, a região centro-oeste apresentou o maior índice, com 11,4%, seguida pela região nordeste, com 11,2%. Desde então, houve aumento da taxa em todas as regiões, com destaque para as regiões nordeste e norte.

Tabela 1 - Taxa de Desocupação (%) - 2020

Região	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Norte	11,0	12,3	13,1	14,2	14,8	15,1	15,4
Nordeste	11,2	13,2	14,0	15,7	16,9	17,3	17,8
Centro-Oeste	11,4	12,4	12,2	12,2	12,1	12,1	12,2
Sudeste	10,9	12,9	13,7	14,0	14,2	14,2	14,3
Sul	8,9	10,0	10,3	10,0	9,8	9,4	9,3
Total	10,7	12,4	13,1	13,6	14,0	14,1	14,2

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

A respeito da condição de afastamento do trabalho, verifica-se que, no mês de março, o país atingiu um índice de 22,5% de trabalhadores ocupados e afastados do trabalho, com as regiões norte e nordeste apresentando taxas mais expressivas, com 28,1% e 30,4%, respectivamente. Desde então, houve uma constante queda desse indicador, que atingiu seu nível mais baixo, para todas as regiões, em novembro de 2020. Do mesmo modo, constata-se que, em maio, 82,9% dos afastamentos do trabalho ocorriam devido ao distanciamento social. Em novembro, esse valor era de apenas 47,1%.

Tabela 2 - Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham, no Total de Pessoas Ocupadas (%) - 2020

Região	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Norte	28,1	21,2	14,6	9,7	7,5	6,4	5,9
Nordeste	30,4	24,1	14,9	9,5	7,2	6,4	6,2
Centro-Oeste	17,2	14,7	12,7	8,0	6,6	5,6	4,7
Sudeste	21,6	16,8	10,9	7,7	6,2	5,3	4,9
Sul	14,2	11,4	9,3	6,9	5,8	5,0	4,8
Total	22,5	17,7	11,9	8,1	6,5	5,6	5,2

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

Tabela 3 - Distribuição das Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham por Condição do Afastamento (%) - 2020

	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Devido ao distanciamento social	82,9	80,1	69,7	62,0	55,9	49,9	47,1
Devido a outros fatores	17,1	19,9	30,3	38,0	44,1	50,1	52,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

Ao analisar a condição de remuneração das pessoas ocupadas e afastadas do trabalho, por sua vez, verifica-se que, no total das pessoas ocupadas e afastadas do trabalho, 51,3%

deixaram de receber remuneração em maio de 2020. Tendo em vista que, no total de pessoas ocupadas, 22,5% estavam afastadas em todo território nacional, evidencia-se que, em maio de 2020, 11,5% de todas as pessoas empregadas deixaram de receber seu rendimento do trabalho. Nos meses subsequentes, há uma redução desse indicador, atingindo o nível de 19,8% de pessoas afastadas sem receber remuneração em novembro.

Tabela 4 - Distribuição das Pessoas Ocupadas e Afastadas do Trabalho que Tinham por Condição da Remuneração do Trabalho (%) - 2020

	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Continuou a receber remuneração ou já era não remunerado	48,7	51,6	67,6	76,3	80,2	80,8	80,2
Deixou de receber remuneração	51,3	48,4	32,4	23,7	19,8	19,2	19,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

Os indicadores apresentados permitem compreender parte dos impactos da pandemia da Covid-19 no rendimento das famílias. O aumento na Taxa de Desocupação pode ser interpretado como um reflexo do agravamento da crise econômica nacional causado pela pandemia. Em um contexto de medidas de isolamento social e, conseqüentemente, impacto financeiro sobre os estabelecimentos comerciais e empresários, o aumento do desemprego torna-se uma consequência.

Além disso, há, em maio de 2020, um índice elevado de afastamento do trabalho devido ao distanciamento social, o que reflete as medidas de isolamento e o medo de contágio por parte da população. Ao longo do ano, esse índice apresentou constante queda, sendo influenciado pela diminuição do medo do contágio e pelas políticas adotadas pelo governo federal, objetivando retomar a atividade econômica. Além de um alto índice de afastamento do trabalho, houve uma alta taxa de pessoas afastadas que deixaram de receber o seu rendimento do trabalho, o que é influenciado, dentre outros aspectos, pelos acordos efetuados entre empregadores e empregados ao longo da pandemia da Covid-19 para preservar empregos e a saúde financeira das empresas.

Assim, diante do aumento da taxa de desemprego somada a uma elevada taxa de afastamento do trabalho e um alto índice de trabalhadores que deixaram de receber o seu rendimento do trabalho, constata-se que a renda do trabalho das famílias brasileiras foi diretamente afetada pela pandemia da Covid-19 em território nacional. A partir disso, passa-se

a verificar como esse impacto ocorreu para a parcela da população que permaneceu empregada e continuou a receber os seus rendimentos do trabalho, para as diversas regiões brasileiras e faixas de rendimento do trabalho.

A partir dos indicadores de rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e rendimento médio normalmente recebido, é possível avaliar a variação média no rendimento do trabalho com a chegada da pandemia. Deve-se pontuar que o rendimento médio normalmente recebido é uma variável que, segundo a metodologia da PNAD Covid-19, considera o rendimento que o entrevistado recebia normalmente em um mês completo de trabalho, sendo, portanto, uma variável subjetiva. Além disso, destaca-se que, para todos os dados apresentados a partir da base da PNAD Covid-19, considera-se valores reais, calculados a partir do Deflator da pesquisa, divulgado pelo IBGE.

É importante ressaltar, também, que, primeiramente, serão tratados somente os rendimentos do trabalho, não sendo abordados, por ora, outras formas de rendimento, como o Auxílio Emergencial, e o seu impacto na renda das famílias. Além disso, ao contrário dos indicadores anteriores, os dados de rendimentos do trabalho serão apresentados somente para o mês de maio de 2020, para evitar sobrecarregar o leitor com excesso de informações. Ao longo do estudo, serão feitas comparações com os indicadores de novembro de 2020, com o objetivo de verificar se houve evolução na condição econômica.

Em todo o país, o rendimento médio real efetivamente recebido em maio de 2020, daqueles com rendimento do trabalho, foi de 1.859,8 reais, enquanto o rendimento médio normalmente recebido foi de 2.259,1 reais, o que representa uma variação negativa de 18%. Indica-se, portanto, que, em média, a renda do trabalho dos brasileiros sofreu uma queda de 18% em maio de 2020 com relação à apontada como normalmente recebida. Essa redução foi ainda mais expressiva para aqueles da classe de rendimento mais alta, com uma queda de 26%. Em seguida, tem-se a faixa de rendimento do trabalho mais baixa, com impacto negativo de 20%.

Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de a classe de renda mais baixa ser composta por profissionais menos qualificados e que exercem funções menos especializadas e, assim, acabam sendo dispensados em momentos de crise. Na classe mais alta, por sua vez, tem-se os empresários, que tiveram seu rendimento afetado pelas medidas de isolamento. Deve-se considerar, também, os profissionais de alto salário, que foram demitidos no momento no momento de dificuldade financeira das empresas.

Tabela 5 - Rendimento médio real efetivamente e normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais)

Faixas de rendimento	Rendimento médio real efetivamente recebido	Rendimento médio real normalmente recebido	Diferença (%)
Até R\$ 1.908	868,1	1.079,8	-20%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	1830,5	2261,0	-19%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	3230,2	3875,4	-17%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	6194,9	7284,4	-15%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	9709,0	11136,5	-13%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	15103,3	17641,9	-14%
Mais de R\$ 23.850	27112,1	36551,9	-26%
Total	1.859,8	2.259,1	-18%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Ao compararmos a variação dos rendimentos para os meses de maio e novembro de 2020, verifica-se uma melhora na situação econômica para todas as faixas de renda. Em maio, o rendimento médio efetivamente recebido era 18% inferior ao normalmente recebido, enquanto em novembro essa diferença passou a ser de 5%. Esse comportamento pode ser explicado ao considerarmos que, no início da pandemia, houve negociação entre empregados e empregadores pela diminuição do salário e da jornada de trabalho. Com a flexibilização das medidas de isolamento social e início da recuperação da atividade econômica, os trabalhadores puderam voltar a atuar e receber os seus salários na sua totalidade.

Tabela 6 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho

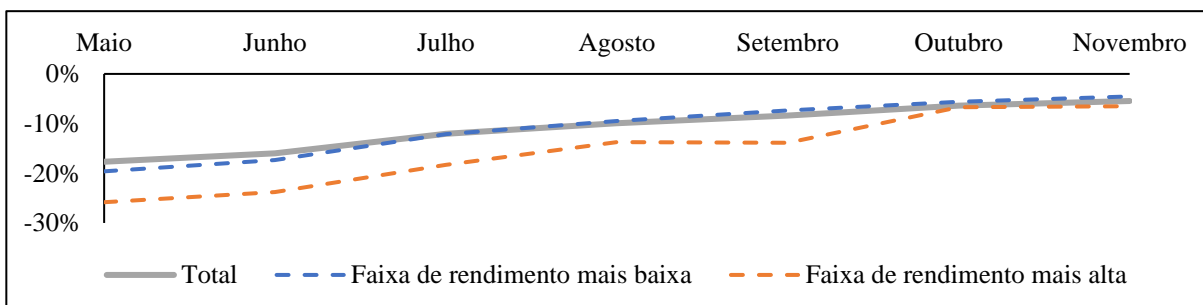
Faixas de rendimento	Diferença – Mai/2020 (%)	Diferença – Nov/2020 (%)
Até R\$ 1.908	-20%	-5%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-19%	-6%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-17%	-6%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-15%	-6%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-13%	-5%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-14%	-6%
Mais de R\$ 23.850	-26%	-7%
Total	-18%	-5%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a e 2020g). Elaboração: Autor.

O mesmo comportamento pode ser visto no gráfico abaixo, que evidencia a evolução dos índices ao longo do ano 2020 por faixa de renda. A partir dele, verifica-se que a diferença

entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido foi diminuindo gradativamente ao longo do ano de 2020, para a média total e faixas de renda mais baixa e mais alta, o que evidencia uma recuperação da atividade econômica.

Gráfico 8 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020



Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f e 2020g). Elaboração: Autor.

Por fim, analisa-se o comportamento dos rendimentos do trabalho por região. Constatase que, no mês de maio de 2020, o rendimento médio efetivamente recebido de todas as regiões brasileiras foi impactado negativamente pela Covid-19, com as regiões sudeste e nordeste sendo as mais afetadas, com uma variação negativa de 20% e 19%, respectivamente. O centro-oeste, por sua vez, foi a região menos afetada, com uma queda de 14%. Isso é explicado pela composição econômica de cada região, uma vez que a região centro-oeste e norte, as menos afetadas pela pandemia, destacam-se pelo setor agropecuário e extrativista, enquanto as regiões sudeste e nordeste, mais afetadas, apresentam economia baseada em atividades de comércio e serviços, com destaque para o turismo, que foi fortemente impactado pelas medidas restritivas. Na comparação com o mês de novembro, verifica-se uma melhora da situação econômica para todas as regiões, com destaque para a região centro-oeste.

Tabela 7 - Rendimento médio real efetivamente e normalmente recebido de todos os trabalhos, por região – Maio/2020 (Em valores reais)

Região	Rendimento médio real efetivamente recebido	Rendimento médio real normalmente recebido	Diferença (%)
Norte	1.678,5	1.973,6	-15%
Nordeste	1.318,8	1.635,9	-19%
Centro-Oeste	2.222,6	2.589,4	-14%
Sudeste	2.003,6	2.499,7	-20%
Sul	2.152,2	2.569,8	-16%
Total	1.859,8	2.259,1	-18%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Tabela 8 - Diferença entre o rendimento médio real efetivamente recebido e o normalmente recebido de todos os trabalhos, por região

Região	Diferença – Mai/2020 (%)	Diferença – Nov/2020 (%)
Norte	-15%	-5%
Nordeste	-19%	-5%
Centro-Oeste	-14%	-3%
Sudeste	-20%	-6%
Sul	-16%	-6%
Total	-18%	-5%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a e 2020g). Elaboração: Autor.

Uma vez verificado o impacto da pandemia da Covid-19 sobre o rendimento do trabalho das famílias brasileiras, é necessário expandir a análise para a renda total das famílias, incluindo, portanto, os outros rendimentos recebidos. Dentre esses rendimentos, será considerado o Auxílio Emergencial, de forma a avaliar se o benefício adotado pelo governo para fortalecer a renda das famílias e, assim, manter o nível econômico, foi suficiente para compensar os impactos econômicos negativos da pandemia.

Para isso, é feito um comparativo entre a renda total média efetivamente recebida (sem Auxílio Emergencial) e a renda total média normalmente recebida, considerando os outros rendimentos recebidos pelas famílias, de acordo com a PNAD Covid-19. Em seguida, passa-se a considerar o Auxílio Emergencial, sendo apresentados dados gerais a respeito do Auxílio, de forma a investigar as regiões mais cobertas pelo benefício e o valor médio recebido, e sendo feita uma análise dos impactos desse benefício por região e por faixa de rendimento do trabalho. Para isso, compara-se a renda total média efetivamente recebida acrescida do Auxílio Emergencial com a renda total média normalmente recebida no mês de maio de 2020. Por fim, é verificada a condição daqueles que não recebem rendimento do trabalho e é feito um comparativo com o mês de novembro de 2020.

A Tabela 9 mostra que a renda média total efetiva (incluindo outros rendimentos, exceto Auxílio Emergencial), é 14% inferior à renda média total normalmente recebida no mês de maio. Note-se que, quando consideramos somente os rendimentos médios do trabalho, essa diferença é de 18%. São considerados como outros rendimentos o recebimento de aposentadoria, pensões, doações, aluguéis, previdência privada, bolsa de estudos, rendimentos de aplicação financeira, seguro-desemprego, Benefício Assistencial de Prestação Continuada e Bolsa Família. Essa diferença (de 18% para 14%) pode ser explicada, dentre outras coisas, pelo aumento de adesão ao seguro-desemprego.

Tabela 9 - Renda média total efetivamente e normalmente recebida – Maio/2020 (Em valores reais)

	Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.)	Renda média total Normalmente recebida	Diferença (%)
Total	2.561,7	2.964,0	-14%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Uma vez estabelecido o conceito de renda total, que considera os outros rendimentos recebidos pelas famílias, passa-se a analisar o impacto do Auxílio Emergencial. Verifica-se que as regiões norte e nordeste são as que apresentam maior cobertura do Auxílio nos domicílios, com 55% e 54,8%, respectivamente, no mês de maio de 2020. Isso é explicado pelo fato de serem as regiões que apresentam, proporcionalmente, um maior número de municípios com baixa renda. No total do país, 38,7% dos domicílios receberam o Auxílio Emergencial em maio, com o índice atingindo seu valor mais alto no mês de julho e reduzindo gradativamente desde então. O aumento da taxa de desocupação é um fator que estimula a alta desse indicador ao longo do ano, uma vez que, sem o rendimento do trabalho, as famílias passam a recorrer ao benefício. Entretanto, tem-se a flexibilização das medidas restritivas, que estimula o efeito contrário, uma vez que os trabalhadores passam a poder voltar a exercer suas funções.

Tabela 10 - Percentual de domicílios que recebem Auxílio Emergencial no total de domicílios (%)

Região	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Norte	55,0	60,0	60,6	61,0	59,8	58,4	57,0
Nordeste	54,8	58,9	59,6	59,1	58,8	56,9	55,3
Centro-Oeste	36,7	41,4	41,9	41,8	41,8	40,5	39,0
Sudeste	31,3	35,9	37,2	37,1	36,9	35,6	34,7
Sul	26,0	29,7	30,9	30,7	30,5	29,6	27,9
Total	38,7	43,0	44,1	43,9	43,6	42,2	41,0

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

Ademais, é possível constatar que, além de serem as regiões com maior cobertura do Auxílio Emergencial, as regiões norte e nordeste também receberam, em média, o maior valor proveniente do benefício no mês de maio de 2020, o que evidencia a importância do Auxílio para essas regiões e para a economia local. No média total do país, o maior valor é atingido no mês de agosto, com 923,5 reais por domicílio. Nos meses subsequentes, há uma redução gradativa do indicador, para todas as regiões, o que reflete a estratégia adotada pelo governo federal de diminuição no valor recebido do benefício, cuja parcela diminuiu de 600,00 reais para 300,00 reais a partir de setembro de 2020.

Tabela 11 - Média do rendimento proveniente do Auxílio Emergencial recebido pelos domicílios (R\$)

Região	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Norte	963,6	987,4	999,4	989,3	969,2	728,7	582,7
Nordeste	934,5	978,5	983,4	980,5	956,1	639,7	514,6
Centro-Oeste	825,3	868,1	870,6	880,3	873,4	694,6	522,2
Sudeste	811,9	850,6	869,2	879,0	874,0	724,9	585,6
Sul	794,7	827,7	850,7	859,9	849,8	731,5	606,1
Total	871,5	908,3	920,1	923,5	909,4	694,2	558,0

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020g). Elaboração: Autor.

A partir disso, é necessário verificar o impacto desse Auxílio Emergencial na renda total das famílias brasileiras, de forma a averiguar se o benefício foi suficiente para compensar os impactos da pandemia da Covid-19. Do mesmo modo, verifica-se quais foram as regiões e faixas de renda mais favorecidas pelo benefício.

Conforme pode ser verificado na Tabela 12, a renda total média efetivamente recebida (sem Auxílio Emergencial) foi 14% inferior à normalmente recebida no mês de maio de 2020. Entretanto, ao considerarmos a renda total com o Auxílio, conforme apresentado na Tabela 13, verifica-se que o impacto negativo passa a ser de somente 2%. Isso significa que o Auxílio Emergencial foi suficiente para compensar 87% dos impactos da pandemia da Covid-19 no mês em questão.

Nas regiões norte e nordeste, o impacto do benefício fica ainda mais evidente, tendo em vista que a renda média total efetivamente recebida foi superior à normalmente recebida no mês de maio. Nessas regiões, que apresentaram maior cobertura e maior valor médio recebido do benefício, o Auxílio Emergencial compensou os impactos econômicos da pandemia em 166%. Nas outras regiões, também houve impacto positivo do benefício, ainda que com valores inferiores ao evidenciado nas regiões norte e nordeste. Na região centro-oeste, o Auxílio compensou 79% dos impactos da pandemia, enquanto, na região sudeste, compensou 57%. Na região sul, esse impacto foi de 49%.

Tabela 12 - Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.) e normalmente recebida, por região – Maio/2020 (Em valores reais)

Região	Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.)	Renda média total normalmente recebida	Diferença (%)
Norte	2.203,6	2.500,6	-12%
Nordeste	1.912,2	2.231,4	-14%
Centro-Oeste	2.916,1	3.245,8	-10%
Sudeste	2.792,9	3.292,1	-15%
Sul	2.965,9	3.387,6	-12%
Total	2.561,7	2.964,0	-14%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Tabela 13 - Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida, por região – Maio/2020 (Em valores reais)

Região	Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.)	Renda média total normalmente recebida	Diferença (%)
Norte	2.695,7	2.500,6	8%
Nordeste	2.440,7	2.231,4	9%
Centro-Oeste	3.176,7	3.245,8	-2%
Sudeste	3.076,3	3.292,1	-7%
Sul	3.172,8	3.387,6	-6%
Total	2.913,3	2.964,0	-2%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Na comparação com o mês de novembro de 2020, verifica-se, mais uma vez, uma melhora na condição econômica para todas as regiões brasileiras, com todas as regiões apresentando uma renda média total efetivamente recebida (com Auxílio Emergencial) superior à renda média normalmente recebida, ainda que com comportamentos distintos. Essa variação é mais expressiva na região sudeste, que passou de uma diferença negativa de 7% em março para uma diferença positiva de 2% em novembro. Esse comportamento é explicado pela flexibilização das medidas de isolamento social e possibilidade de retorno às atividades por parte daqueles que estavam afastados do trabalho, assim como pela continuidade do Auxílio Emergencial, que, apesar da diminuição no valor médio do benefício, continua a influenciar diretamente a renda das famílias, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Tabela 14 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por região

Região	Diferença – Mai/2020 (%)	Diferença – Nov/2020 (%)
Norte	8%	10%
Nordeste	9%	10%
Centro-Oeste	-2%	4%
Sudeste	-7%	2%
Sul	-6%	1%
Total	-2%	4%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a e 2020g). Elaboração: Autor.

Na comparação entre as faixas de rendimento do trabalho, por sua vez, constata-se que, em maio, as faixas de rendimento mais baixas foram as mais beneficiadas pelo Auxílio Emergencial, o que é explicado pelo limite de renda para adesão ao benefício. Na classe mais alta, o Auxílio foi irrelevante para a recuperação da renda média total efetivamente recebida, enquanto, na classe de renda mais baixa, o benefício compensou os impactos da pandemia em 209%. Ou seja, compensou a queda da renda efetivamente recebida na sua totalidade e ainda a trouxe para níveis superiores ao normalmente recebido. Nas faixas de rendimento do trabalho medianas, também houve impacto positivo do Auxílio. Houve, portanto, recuperação parcial da renda efetivamente recebida pelas famílias, e, para a faixa de menor rendimento, aumento real dessa renda.

Tabela 15 - Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.) e normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.)	Renda média total normalmente recebida	Diferença (%)
Até R\$ 1.908	1.439,0	1.653,2	-13%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.546,7	2.980,1	-15%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	4.169,5	4.818,6	-13%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.434,1	8.528,4	-13%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.351,3	12.785,2	-11%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	16.951,5	19.497,5	-13%
Mais de R\$ 23.850	30.277,3	39.679,1	-24%
Total	2.561,7	2.964,0	-14%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Tabela 16 - Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho – Maio/2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.)	Renda média total normalmente recebida	Diferença (%)
Até R\$ 1.908	1.885,7	1.653,2	14%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.795,1	2.980,1	-6%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	4.317,7	4.818,6	-10%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.513,8	8.528,4	-12%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.399,6	12.785,2	-11%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	16.987,1	19.497,5	-13%
Mais de R\$ 23.850	30.252,1	39.679,1	-24%
Total	2.913,3	2.964,0	-2%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Entretanto, ao contrário do que ocorre na comparação por região, ao analisarmos a variação entre a renda média total efetivamente recebida (com Auxílio Emergencial) e a normalmente recebida de acordo com as faixas de rendimento do trabalho, para os meses de maio e novembro de 2020, verifica-se que algumas faixas de rendimento permaneceram com variação negativa entre a renda efetivamente recebida e a normalmente recebida. Ainda assim, é possível afirmar que houve melhora na situação econômica dessas famílias, uma vez que a variação em novembro é menor do que a evidenciada no mês de maio. As classes mais ricas continuam sendo mais afetadas pela pandemia, enquanto a renda das classes mais pobres continua sendo influenciada positivamente pelo Auxílio Emergencial, o que é explicado pelo fato das classes mais ricas terem acesso restrito ao benefício, assim como devido ao fato do valor do benefício representar, proporcionalmente, uma parcela maior da renda das classes mais pobres.

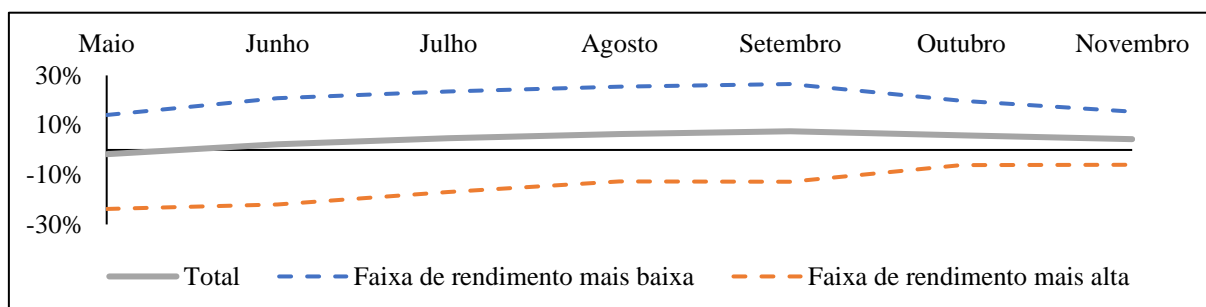
Ao analisarmos o comportamento da diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida mensalmente, a partir do Gráfico 9, verifica-se que, para a faixa de renda mais baixa e para a média total, houve um aumento dessa diferença entre as rendas até o mês de setembro, com uma queda gradativa desde então, o que pode ser explicado pela diminuição no valor do Auxílio Emergencial a partir de setembro. Para a faixa de renda mais alta há um comportamento distinto, com uma diminuição gradativa da diferença desde o primeiro mês de análise, em maio.

Tabela 17 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho

Faixa de rendimento do trabalho	Diferença – Mai/2020 (%)	Diferença – Nov/2020 (%)
Até R\$ 1.908	14%	15%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-6%	2%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-10%	-2%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-12%	-4%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-11%	-4%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-13%	-5%
Mais de R\$ 23.850	-24%	-6%
Total	-2%	4%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a e 2020g). Elaboração: Autor.

Gráfico 9 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida, por faixa de rendimento do trabalho - 2020



Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f e 2020g). Elaboração: Autor.

Assim, é evidente que o Auxílio Emergencial foi benéfico na recuperação da renda das famílias brasileiras que possuem rendimento do trabalho, principalmente para as classes mais baixas e para as regiões mais pobres do país. A partir disso, torna-se necessário averiguar a condição daqueles que possuem somente benefícios como rendimento.

Ao analisarmos o impacto do Auxílio Emergencial nesse grupo econômico, verifica-se que o benefício trouxe um impacto positivo para a renda média. Uma vez que não houve variação entre a renda média efetivamente recebida (sem Auxílio Emergencial) e a normalmente recebida para esse grupo econômico no mês de maio de 2020, os rendimentos obtidos pelo Auxílio Emergencial serviram para aumentar o rendimento dessas famílias durante a pandemia. No total, o benefício deixou a renda média efetivamente recebida 41% superior à renda normalmente recebida em maio. O impacto foi superior nas regiões norte e nordeste, com variação positiva de 75% e 73%, respectivamente.

Tabela 18 - Renda média efetivamente recebida (Com A.E.) e normalmente recebida daqueles sem rendimento do trabalho, por região – Maio/2020 (Em valores reais)

Região	Renda média total efetivamente recebida (Com A.E.)	Renda média total normalmente recebida	Diferença (%)
Norte	1470,0	839,7	75%
Nordeste	1556,9	899,7	73%
Centro-Oeste	1574,0	1198,7	31%
Sudeste	1687,3	1343,0	26%
Sul	1755,5	1508,4	16%
Total	1615,7	1143,3	41%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a). Elaboração: Autor.

Por fim, ao compararmos a situação econômica daqueles sem rendimento do trabalho com o mês de novembro de 2020, verifica-se que a renda total efetivamente recebida dessas famílias continua superior à normalmente recebida, porém com uma variação positiva menor. Essa variação é explicada pela diminuição no valor médio recebido do Auxílio Emergencial, que impactou principalmente as regiões norte e nordeste, onde o benefício apresenta maior abrangência. Ainda assim, aqueles sem rendimentos do trabalho, para todas as regiões brasileiras, continuam com uma renda média efetivamente recebida superior à normalmente recebida, o que impacta diretamente o poder de compra e padrão de vida dessas famílias.

Tabela 19 - Diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Com A.E.) e a normalmente recebida daqueles sem rendimento do trabalho, por região

Região	Diferença – Mai/2020 (%)	Diferença – Nov/2020 (%)
Norte	75%	53%
Nordeste	73%	40%
Centro-Oeste	31%	21%
Sudeste	26%	21%
Sul	16%	14%
Total	41%	28%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a e 2020g). Elaboração: Autor.

Dessa forma, constata-se que, na ausência do Auxílio Emergencial, a pandemia da Covid-19 impactou negativamente a renda das famílias brasileiras, principalmente para as faixas de renda mais baixas e para os residentes nas regiões mais pobres do país. Quando analisamos somente os rendimentos do trabalho, esse impacto mostra-se ainda mais expressivo, havendo, também, um alto índice de desemprego e afastamento do trabalho sem remuneração. Entretanto, verifica-se que o Auxílio Emergencial foi eficaz no combate a esse efeito econômico

negativo da pandemia, conseguindo recuperar, em média, 87% da renda das famílias com rendimento do trabalho no mês de maio.

Essa recuperação da renda foi ainda mais expressiva dentre aqueles que foram impactados mais severamente pela doença: Moradores de regiões mais pobres e pertencentes a classes de renda mais baixas. Para a classe de menor renda, a renda recebida durante o período de pandemia foi superior à recebida anteriormente. Do mesmo modo, houve impacto positivo do benefício na renda efetiva daqueles sem rendimento do trabalho, que, no mês de maio de 2020, foi 41% superior à normalmente recebida.

III.2 – Análise dos rendimentos a partir dos dados da PNAD Contínua

Conforme explicitado anteriormente, os dados da PNAD Covid-19 não permitem uma análise comparativa anual a respeito dos rendimentos efetivamente recebidos das famílias. Assim, optou-se por acrescentar uma segunda abordagem, utilizando os dados da PNAD Contínua, que possibilita a comparação entre o rendimento efetivamente recebido com o rendimento efetivamente recebido no mesmo período do ano anterior. Para isso, considera-se os dados trimestrais da pesquisa e é feita uma análise por faixa de renda. É importante ressaltar que tratam-se de bases de dados com amostras e metodologias distintas. Não é esperado, portanto, que os estudos apresentem o mesmo resultado.

A partir dos dados da PNAD Contínua, constata-se que os rendimentos efetivamente recebidos de todos os trabalhos tiveram maior queda para a classe de renda mais alta durante a pandemia da Covid-19 no ano de 2020. No segundo trimestre de 2020, houve uma variação negativa de 5% no rendimento efetivamente recebido de todos os trabalhos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A faixa de renda mais baixa, por outro lado, apresentou uma variação positiva em seu rendimento total, com o rendimento do segundo trimestre de 2020 sendo 3% superior ao do segundo trimestre de 2019. Na média total, houve uma variação positiva de 6% no segundo trimestre.

Tabela 20 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Até R\$ 1.908	1.025,6	1.042,4	1.042,9	1.029,7
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.297,1	2.289,7	2.292,8	2.268,5
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	3.925,0	3.946,5	3.944,6	3.893,8
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.280,2	7.275,4	7.275,1	7.265,1
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.286,1	11.250,4	11.280,6	11.144,4
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	18.018,8	17.887,6	17.982,9	17.661,6
Mais de R\$ 23.850	36.751,7	37.054,2	37.009,7	36.042,1
Total	2.555,0	2.417,8	2.377,3	2.376,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Tabela 21 - Diferença entre o rendimento médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho

Faixa de rendimento do trabalho	Diferença - 1º Trimestre (%)	Diferença - 2º Trimestre (%)	Diferença - 3º Trimestre (%)	Diferença - 4º Trimestre (%)
Até R\$ 1.908	1%	3%	3%	2%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-1%	0%	1%	0%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-3%	-1%	-1%	-2%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-2%	-1%	0%	0%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-1%	-1%	0%	-1%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-2%	-2%	-1%	-2%
Mais de R\$ 23.850	-4%	-5%	-1%	-5%
Total	1%	6%	4%	1%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Essa variação positiva de 3% no rendimento da faixa de renda mais baixa e de 6% na média total, ambos para o segundo trimestre de 2020, causam estranheza, uma vez que, com a chegada da pandemia da Covid-19, esperar-se-ia um impacto negativo no rendimento do trabalho. Assim, torna-se necessária uma análise a respeito dessas variáveis.

Esse comportamento da diferença entre o rendimento médio efetivamente recebido entre os anos de 2020 e 2019 é influenciado por três fatores: O aumento do desemprego, o aumento do salário-mínimo nominal e a diminuição da amostra da pesquisa PNAD Contínua com o início da pandemia da Covid-19. Conforme apresentado no início deste capítulo, houve um aumento da taxa de desocupação. Esse aumento afeta, principalmente, as faixas mais pobres da sociedade, uma vez que apresentam mão de obra menos qualificada. Dessa forma, há uma

diminuição, nas faixas de menor rendimento, do número de pessoas com rendimento do trabalho. Assim, há um aumento da média total.

Além disso, a partir de janeiro de 2020, o salário-mínimo nominal teve o seu valor aumentado de 998,00 reais para 1.039,00 reais. Em fevereiro, passou para 1.045,00 reais, representando, dessa forma, um aumento nominal de 5%. A faixa de menor rendimento, que é a mais influenciada pelo valor do salário-mínimo, foi, portanto, a mais afetada por esse aumento, verificando um aumento nominal em seus rendimentos médios, que acabou por influenciar os impactos da pandemia da Covid-19.

Também, tem-se uma diminuição no número de entrevistados da pesquisa. Essa queda da amostra é um reflexo direto do início da pandemia, uma vez que houve a impossibilidade de o questionário ser aplicado pessoalmente. Ademais, essa diminuição ocorreu, majoritariamente, para aqueles pertencentes à faixa de rendimento mais baixa, tendo em vista que houve a necessidade de aplicação da pesquisa por telefone ou meios digitais.

Com isso, surge a hipótese de haver um efeito-composição ou efeito-estrutura. Caso essa hipótese se confirme, os resultados apresentados anteriormente não representariam, de fato, o impacto da pandemia da Covid-19 no rendimento das famílias brasileiras, sendo, assim, um reflexo direto da diminuição da amostra da pesquisa PNAD Contínua, que afeta, conforme apontado anteriormente, principalmente, os rendimentos da faixa de menor rendimento do trabalho.

Para evidenciar esse efeito-composição, é feita uma divisão da faixa de menor rendimento em quatro faixas menores, sendo apresentado o número de respostas obtidas para os anos de 2019 e 2020, assim como seus respectivos rendimentos médios efetivamente recebidos de todos os trabalhos e o peso das respectivas faixas de rendimento na média da faixa de menor rendimento considerada inicialmente (Até R\$ 1.908,00). Também, é apresentada a participação de cada faixa de rendimento na composição do valor total, calculada a partir do produto entre o rendimento médio e o peso de cada faixa de rendimento. Para evitar que o excesso de informações dificulte o entendimento, apresenta-se somente os dados do segundo trimestre de 2019 e 2020, porém o estudo é replicável para todos os períodos do ano.

Tabela 22 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e número de respostas obtidas no formulário da PNAD Contínua, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2019 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Rendimento Médio	Respostas	Peso (%)	Peso (%) x Rend. Médio
Até R\$ 477	266,9	25.588	0,18	47,80
Mais de R\$ 477 a R\$ 954	686,3	24.552	0,17	117,91
Mais de R\$ 954 a R\$ 1.431	1.167,0	65.256	0,46	532,94
Mais de R\$ 1.431 a R\$ 1.908	1.642,5	27.499	0,19	316,09
Total (Até R\$ 1.908)	1.014,7	142.895	1,00	1.014,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019b). Elaboração: Autor.

Tabela 23 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos e número de respostas obtidas no formulário da PNAD Contínua, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Rendimento Médio	Respostas	Peso (%)	Peso (%) x Rend. Médio
Até R\$ 477	266,7	13.275	0,16	43,40
Mais de R\$ 477 a R\$ 954	690,6	14.824	0,18	125,49
Mais de R\$ 954 a R\$ 1.431	1.167,8	34.927	0,43	499,98
Mais de R\$ 1.431 a R\$ 1.908	1.642,5	18.553	0,23	373,55
Total (Até R\$ 1.908)	1.042,4	81.579	1,00	1.042,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2020i). Elaboração: Autor.

A partir disso, verifica-se que, de fato, houve uma diminuição no número da amostra da PNAD Contínua, passando de, aproximadamente, 142,9 mil respondentes em 2019 para, aproximadamente, 81,6 mil em 2020. Além disso, constata-se que a faixa de rendimento até R\$ 477,00 diminuiu a sua proporção no total de respostas, enquanto a faixa de rendimento de mais de R\$ 1.431,00 a R\$ 1.908,00 aumentou a sua participação na média total, o que indica a existência do efeito-composição. De forma a verificar, de fato, a presença desse efeito, calcula-se novamente a composição da média total da faixa de rendimentos até R\$ 1.908,00 para o ano 2020, a partir do produto entre o peso de cada faixa de rendimento e seus respectivos rendimentos médios. Entretanto, utiliza-se os pesos evidenciados em 2019.

Caso esse novo rendimento calculado para o segundo trimestre de 2020 seja inferior ao apontado originalmente para o segundo trimestre, calculado diretamente a partir dos dados da PNAD Contínua, evidencia-se a existência do efeito-composição. Mais uma vez, serão apresentados os cálculos somente para o segundo trimestre de 2020, porém o estudo é replicável para todos os períodos do ano.

Tabela 24 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, ajustado com os pesos de 2019, para a menor faixa de rendimento do trabalho – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Rendimento Médio	Peso (%) - 2019	Peso – 2019 (%) x Rend. Médio
Até R\$ 477	266,7	0,18	47,76
Mais de R\$ 477 a R\$ 954	690,6	0,17	118,66
Mais de R\$ 954 a R\$ 1.431	1.167,8	0,46	533,30
Mais de R\$ 1.431 a R\$ 1.908	1.642,5	0,19	316,09
Total (Até R\$ 1.908)	1.042,4	1,00	1.015,81

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019b e 2020i). Elaboração: Autor.

A partir dos dados relativos ao segundo trimestre de 2020, obteve-se um rendimento médio efetivamente recebido de 1.042,4 reais para a faixa de rendimento de até R\$ 1.908,00. Entretanto, ao considerarmos os pesos obtidos em 2019 para cada faixa de rendimento menor, obtém-se um rendimento efetivamente recebido de 1.015,81 reais. Verifica-se, portanto, que há, de fato, o impacto do efeito-composição na análise, com o resultado apresentado inicialmente sendo um reflexo das mudanças na amostra da pesquisa.

Ao considerarmos o novo rendimento efetivo calculado para essa faixa de renda, verifica-se um aumento de apenas 0,1% com relação ao rendimento efetivamente recebido no segundo trimestre de 2019, um valor mais plausível que os 3% de aumento apontados anteriormente. Pode-se afirmar, portanto, que, ao considerarmos o rendimento ajustado para o segundo trimestre de 2020, o rendimento da faixa de rendimento mais baixa (até 1.908,00 reais) permaneceu no mesmo nível que o evidenciado em 2019, o que pode ser explicado pelo aumento nominal do salário mínimo, que serviu, dessa forma, para compensar os efeitos econômicos negativos da pandemia da Covid-19.

Assim, uma vez verificado que há, efetivamente, o impacto do efeito-composição na análise, replica-se o estudo realizado na faixa de menor rendimento para a média total do país, de forma a investigar a variação positiva de 6% entre o rendimento efetivo no segundo trimestre de 2020 com relação ao segundo trimestre de 2019. Novamente, apresenta-se os cálculos somente para o segundo trimestre de 2020, porém a análise é replicável aos demais trimestres. Além disso, para a faixa de menor rendimento, utiliza-se o rendimento médio ajustado com os pesos de 2019, já calculado anteriormente.

Tabela 25 - Rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, ajustado com os pesos de 2019, para a faixa de rendimento total – Segundo Trimestre 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	Rendimento Médio	Peso (%) - 2019	Peso – 2019 (%) x Rend. Médio
Até R\$ 1.908	1.015,8	0,66	665,80
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.289,7	0,16	355,59
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	3.946,5	0,13	507,69
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.275,4	0,03	224,75
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.250,4	0,02	182,11
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	17.887,6	0,01	168,20
Mais de R\$ 23.850	37.054,2	0,00	153,31
Total	2.417,8	1,00	2.257,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

A partir da análise feita, verifica-se que, ao serem utilizados os pesos evidenciados para cada faixa de rendimento do trabalho em 2019, a média total do país, para o segundo trimestre de 2020, passou de 2.417,8 reais para 2.257,4, evidenciando, mais uma vez, o efeito-composição. Ao compararmos esse valor ajustado com o rendimento efetivamente recebido no segundo trimestre de 2019, tem-se uma queda de 1%, o que reflete os impactos da pandemia da Covid-19, que foram parcialmente compensados pelo aumento nominal do salário-mínimo.

Após a verificação da existência do efeito-composição na base de dados e ajuste dos valores referentes aos rendimentos efetivamente recebidos da média total e média da faixa de menor rendimento para o segundo trimestre de 2020, replica-se o ajuste realizado para os demais trimestres de 2020. Como as demais faixas de renda são menos impactadas por esse efeito, optou-se por excluí-las do estudo, de forma a manter a análise objetiva. Serão considerados, portanto, os valores encontrados inicialmente para essas faixas de renda. A Tabela 29 e a Tabela 30 ilustram os resultados.

Dessa forma, verifica-se que, uma vez realizado o ajuste no valor do rendimento médio efetivamente recebido de 2020 e, conseqüentemente, superado o impacto do efeito-composição, há uma expressiva alteração na diferença entre os rendimentos de 2020 e 2019. Assim, constatou-se que, em média, para todo o ano de 2020, as faixas de rendimentos mais altos foram as mais afetadas durante o período da pandemia, enquanto as faixas de menor rendimento foram menos impactadas, devido, principalmente, ao efeito do aumento do salário-mínimo, que serviu para compensar os impactos econômicos resultantes da pandemia da Covid-19.

Tabela 26 - Rendimento ajustado médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Até R\$ 1.908	1.010,5	1.015,8	1.018,1	1.007,5
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.297,1	2.289,7	2.292,8	2.268,5
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	3.925,0	3.946,5	3.944,6	3.893,8
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.280,2	7.275,4	7.275,1	7.265,1
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.286,1	11.250,4	11.280,6	11.144,4
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	18.018,8	17.887,6	17.982,9	17.661,6
Mais de R\$ 23.850	36.751,7	37.054,2	37.009,7	36.042,1
Total	2.501,2	2.274,9	2.307,7	2.344,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Tabela 27 - Diferença entre o rendimento ajustado médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho

Faixa de rendimento do trabalho	Diferença - 1º Trimestre (%)	Diferença - 2º Trimestre (%)	Diferença - 3º Trimestre (%)	Diferença - 4º Trimestre (%)
Até R\$ 1.908	-1%	0%	1%	-1%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-1%	0%	1%	0%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-3%	-1%	-1%	-2%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-2%	-1%	0%	0%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-1%	-1%	0%	-1%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-2%	-2%	-1%	-2%
Mais de R\$ 23.850	-4%	-5%	-1%	-5%
Total	-1%	0%	1%	-1%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

É importante ressaltar, porém, que a PNAD Contínua não considera o rendimento oriundo do Auxílio Emergencial. De forma a incluir esse benefício na análise, adotou-se a hipótese de que, em média, o Auxílio apresentaria o mesmo impacto na renda das famílias que o evidenciado a partir dos dados da PNAD Covid-19. Assim, calculou-se seu impacto médio por faixa de rendimento, para cada mês de realização da pesquisa. Posteriormente, foi calculada a média de cada trimestre, de forma a adaptar os resultados à realidade da PNAD Contínua.

Tabela 28 - Impacto do Auxílio Emergencial no rendimento efetivamente recebido (de todos os trabalhos), por faixa de rendimento do trabalho (2020)

Faixa de rendimento do trabalho	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Até R\$ 1.908	0%	25%	25%	18%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	0%	10%	10%	7%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	0%	4%	4%	3%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	0%	1%	1%	1%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	0%	0%	1%	0%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	0%	0%	0%	0%
Mais de R\$ 23.850	0%	0%	0%	0%
Total	0%	13%	13%	9%

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f e 2020g). Elaboração: Autor.

No primeiro trimestre de 2020, não considerou-se o Auxílio Emergencial, uma vez que o benefício somente foi adotado a partir do mês de abril. Para o segundo trimestre, utilizou-se a média entre os meses de maio e junho, enquanto, para o terceiro, as médias entre os meses de julho, agosto e setembro. Por fim, para o quarto trimestre, considerou-se as médias dos meses outubro e novembro.

A partir da análise do rendimento ajustado médio efetivamente recebido acrescido do Auxílio Emergencial, constata-se que, para todos os trimestres de 2020, há um impacto positivo resultante da adoção do benefício. Assim como no estudo anterior, as classes de menores rendimentos são as mais beneficiadas, apresentando, no segundo trimestre de 2020, uma renda efetivamente recebida 25% superior à recebida no mesmo período do ano anterior. As classes mais altas, entretanto, são menos influenciadas pelo Auxílio Emergencial, uma vez que possuem acesso restrito ao benefício e o valor pago representa uma parcela menor da sua renda média total. No segundo trimestre de 2020, o rendimento médio acrescido do Auxílio da classe mais rica foi 5% inferior ao recebido no mesmo período de 2019.

A partir da renda média total do país, é possível verificar o impacto positivo do benefício, com a renda média efetivamente recebida de 2020 estando acima da recebida em 2019, para todos os trimestres analisados, com exceção do primeiro, em que o Auxílio Emergencial ainda não havia sido implementado. No quarto trimestre de 2020, a parcela do Auxílio Emergencial na renda das famílias diminuiu, o que é explicado, conforme apontado anteriormente, pela diminuição no valor médio do benefício a partir do mês de setembro.

Tabela 29 – Rendimento ajustado médio efetivamente recebido (de todos os trabalhos) acrescido do Auxílio Emergencial, por faixa de rendimento do trabalho – 2020 (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Até R\$ 1.908	1.010,5	1.266,0	1.273,0	1.184,3
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	2.297,1	2.510,1	2.531,0	2.435,6
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	3.925,0	4.095,9	4.110,4	4.004,7
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	7.280,2	7.355,8	7.361,6	7.320,9
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	11.286,1	11.303,5	11.339,4	11.180,5
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	18.018,8	17.929,6	18.022,4	17.687,1
Mais de R\$ 23.850	36.751,7	37.083,1	37.032,8	36.062,3
Total	2.501,2	2.563,7	2.607,7	2.553,3

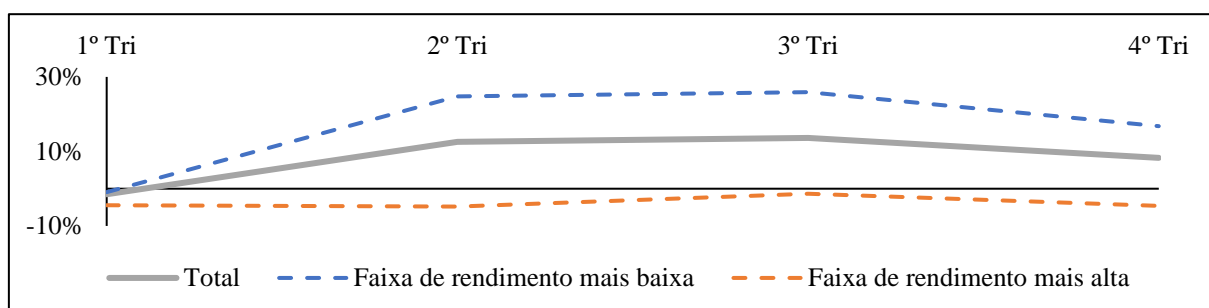
Fonte: PNAD Contínua/IBGE (20.20h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Tabela 30 - Diferença entre o rendimento ajustado médio efetivamente recebido acrescido do A.E. em 2020 e o rendimento médio efetivamente recebido em 2019, por faixa de rendimento do trabalho

Faixa de rendimento do trabalho	Diferença - 1º Trimestre (%)	Diferença - 2º Trimestre (%)	Diferença - 3º Trimestre (%)	Diferença - 4º Trimestre (%)
Até R\$ 1.908	-1%	25%	26%	17%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-1%	10%	11%	7%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-3%	3%	3%	1%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-2%	1%	1%	1%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-1%	0%	0%	-1%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-2%	-2%	-1%	-2%
Mais de R\$ 23.850	-4%	-5%	-1%	-5%
Total	-1%	13%	14%	8%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Gráfico 10 - Diferença do rendimento médio efetivamente recebida (de todos os trabalhos) acrescido do A.E., por faixa de rendimento do trabalho – 2020 x 2019



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Por fim, deve-se investigar a variação na massa de rendimentos, que consiste no produto entre o rendimento médio e o número de pessoas ocupadas, para cada faixa de rendimento do trabalho. De modo a evitar, conforme feito anteriormente, o efeito-composição, utiliza-se o

rendimento do trabalho de 2020 ajustado, ou seja, com os mesmos pesos de 2019. Para o número de pessoas ocupadas, utiliza-se a estimativa apresentada na própria PNAD Contínua, para cada trimestre de 2020 e 2019.

Entretanto, essa estimativa somente é apresentada para o total do país, não sendo detalhado a estimativa por faixa de rendimento do trabalho. Assim, o número de pessoas ocupadas por faixa de rendimento do trabalho é estimado a partir do número de respondentes da pesquisa, ou seja, a partir do peso de cada faixa de rendimento. Porém, mais uma vez, utiliza-se os pesos das faixas de rendimento do ano 2019, de forma a evitar o efeito-composição. Os dados são apresentados para todos os trimestres de 2020, em valores reais e em bilhões de reais.

Tabela 31 - Massa de rendimentos ajustados efetivamente recebidos (de todos os trabalhos) acrescidos do Auxílio Emergencial, por faixa de rendimento do trabalho – 2020, em bilhões de reais (Em valores reais)

Faixa de rendimento do trabalho	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Até R\$ 1.908	56,6	69,2	68,2	64,3
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	35,9	32,5	32,8	34,3
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	53,9	43,9	44,2	48,6
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	26,3	18,9	19,6	21,5
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	19,6	15,2	15,5	16,8
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	18,6	14,1	14,3	15,2
Mais de R\$ 23.850	19,0	12,8	13,2	13,7
Total	229,8	212,0	213,5	218,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (20.20h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Tabela 32 - Diferença entre a massa de rendimentos ajustados efetivamente recebidos acrescidos do A.E. em 2020 e a massa de rendimentos efetivamente recebidos em 2019, por faixa de rendimento do trabalho

Faixa de rendimento do trabalho	Diferença - 1º Trimestre (%)	Diferença - 2º Trimestre (%)	Diferença - 3º Trimestre (%)	Diferença - 4º Trimestre (%)
Até R\$ 1.908	-1%	11%	11%	6%
Mais de R\$ 1.908 a R\$ 2.862	-1%	-2%	-2%	-3%
Mais de R\$ 2.862 a R\$ 5.724	-2%	-8%	-9%	-8%
Mais de R\$ 5.724 a R\$ 9.540	-1%	-10%	-11%	-8%
Mais de R\$ 9.540 a R\$ 14.310	-1%	-11%	-12%	-10%
Mais de R\$ 14.310 a R\$ 23.850	-1%	-12%	-13%	-11%
Mais de R\$ 23.850	-4%	-15%	-13%	-13%
Total	-1%	0%	-1%	-2%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020h, 2020i, 2020j e 2020k). Elaboração: Autor.

Assim, a partir do apresentado na Tabela 31 e na Tabela 32, que consideram a massa de rendimentos ajustados efetivamente recebidos (de todos os trabalhos) acrescidos do Auxílio Emergencial, verifica-se que, no total do país, no segundo trimestre de 2020, não houve alteração relevante entre o rendimento efetivamente recebido, quando comparado com o valor do segundo trimestre de 2019, o que reflete o efeito do aumento nominal do salário-mínimo e a implementação do Auxílio Emergencial, que serviram para compensar os impactos da pandemia da Covid-19.

Entretanto, ao analisarmos as faixas de rendimento do trabalho, verifica-se que esse efeito compensatório ocorreu, principalmente, para a faixa de menor rendimento, que é mais influenciada pelo aumento do salário-mínimo e mais beneficiada pelo Auxílio Emergencial. As faixas de maior rendimento, por sua vez, que possuem acesso restrito ao Auxílio, foram mais afetadas durante o período de pandemia. No segundo trimestre de 2020, a faixa de rendimento do trabalho mais alto apresentou um rendimento efetivamente recebido acrescido do Auxílio Emergencial 15% inferior ao verificado no mesmo período de 2019.

É evidente, portanto, que, ainda que apresentem divergências metodológicas e resultados distintos, tanto os dados da PNAD Covid-19 quanto os da PNAD Contínua apontam para um impacto negativo da pandemia da Covid-19 sobre o rendimento das famílias brasileiras, havendo, ao longo do ano de 2020, uma recuperação desse rendimento. Ao considerarmos os rendimentos sem o Auxílio Emergencial, verifica-se que todas as faixas de rendimento foram impactadas economicamente. Entretanto, ao considerarmos os rendimentos com o benefício, verifica-se um impacto positivo sobre a renda das classes mais pobres. O Auxílio Emergencial desempenha, portanto, um importante papel na recuperação desse rendimento.

Assim, pode-se afirmar que houve, de fato, um impacto negativo da pandemia da Covid-19 no rendimento das famílias brasileiras, principalmente para as classes mais ricas, que possuem acesso restrito ao Auxílio Emergencial. De modo a haver recuperação da atividade econômica, a continuidade do benefício mostra-se como fundamental na reabilitação da renda das famílias mais pobres.

CONCLUSÃO

A pandemia da Covid-19 resultou em um fenômeno econômico único e com efeitos parcialmente desconhecidos, havendo o fechamento de estabelecimentos comerciais e a implementação de medidas restritivas, assim como o aumento da taxa de desocupação e do afastamento do trabalho. Esse efeito negativo da pandemia impacta, diretamente, nas variáveis econômicas, principalmente no rendimento das famílias, que é o escopo de análise dessa monografia.

A partir dos dados da PNAD Covid-19, verifica-se que, ao considerarmos o rendimento de todos os trabalhos das famílias brasileiras, há, em maio de 2020, um impacto negativo de 18% resultante da pandemia da Covid-19, obtido a partir da comparação entre o rendimento médio efetivamente recebido e o rendimento médio normalmente recebido. Esse impacto é ainda mais expressivo para a faixa de maior rendimento, com 26%, e para a de menor rendimento, com 20%. Por região, no sudeste a queda foi de 20%, e no nordeste foi de 19%.

Quanto à renda total, que considera, além do rendimento do trabalho, o rendimento oriundo de benefícios, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, verifica-se um comportamento distinto. A renda média total, sem considerar o Auxílio, foi impactada negativamente, no mês de maio de 2020, em 14% pela pandemia da Covid-19, a partir da comparação entre a renda total efetiva e normalmente recebida. Entretanto, ao considerarmos a renda total com Auxílio Emergencial, verifica-se um impacto negativo de somente 2%, o que evidencia o papel do benefício na recuperação da renda das famílias e no combate aos efeitos da pandemia.

A faixa de menor rendimento foi a mais beneficiada pelo Auxílio Emergencial, uma vez que possuem maior acesso ao benefício. Do mesmo modo, as regiões Norte e Nordeste foram as mais beneficiadas pelo Auxílio, tendo em vista que possuem, proporcionalmente, um maior número de municípios pobres. Para esses grupos econômicos, em maio de 2020, o benefício foi positivo a ponto de trazer a renda efetivamente recebida a níveis superiores à normalmente recebida. Para a faixa de menor rendimento, a diferença entre a renda média total efetivamente recebida (Sem A.E.) e a normalmente recebida, em maio, era de -13%. Porém, ao considerarmos a renda média total com o Auxílio, essa diferença passa a ser positiva, com aumento de 14% com relação à renda normalmente recebida.

A partir dos dados da PNAD Contínua, por sua vez, verifica-se, para o segundo trimestre de 2020, um aumento de 6% no rendimento efetivamente recebido das famílias brasileiras, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Entretanto, a partir da confirmação da hipótese de existência de um efeito-composição na base de dados da PNAD Contínua, resultante da diminuição da amostra da pesquisa, apura-se que esse impacto é, na realidade, de 0%, o que reflete o aumento do salário-mínimo nominal, que gera um efeito contrário aos da pandemia.

Esse aumento do salário-mínimo nominal afeta diretamente as classes mais pobres, que são mais influenciadas por esse aumento. As classes mais altas, por sua vez, que não beneficiam-se diretamente do aumento do salário-mínimo, foram mais impactadas pela pandemia. Para a classe de maior rendimento do trabalho, houve, no segundo trimestre, uma queda de 5% no rendimento efetivamente recebido, quando comparado com o do mesmo período do ano anterior.

Ao considerarmos os rendimentos médios acrescidos do Auxílio Emergencial, constata-se, no segundo trimestre de 2020, uma diferença positiva de 13% com relação ao mesmo período do ano anterior, o que, em contraste com a diferença de 0% calculada no rendimento efetivamente recebido, sem o Auxílio Emergencial, evidencia a importância do benefício na recuperação da renda e do poder de compra das famílias brasileiras. Esse impacto é ainda mais expressivo na faixa de menor rendimento, que apresenta uma diferença positiva de 25%.

O mesmo comportamento pode ser constatado a partir da análise da massa de rendimentos acrescidos do Auxílio Emergencial. Verifica-se, no segundo trimestre de 2020, uma variação de 0% na massa de rendimentos acrescidos do Auxílio, quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Entretanto, a faixa de menor rendimento é diretamente influenciada pelo benefício, havendo uma diferença positiva de 11%. Na faixa de maior rendimento, que possui acesso restrito ao Auxílio Emergencial, há um impacto negativo de 15%.

É evidente, por conseguinte, que, ainda que apresentem divergências metodológicas e resultados distintos, os dois estudos apresentados ao longo desse trabalho apontam para um impacto negativo da pandemia da Covid-19 sobre o rendimento das famílias brasileiras, ao consideramos o rendimento sem o Auxílio Emergencial. Esse impacto ocorre, principalmente, para as classes e regiões mais pobres, que apresentam mão de obra menos qualificada e foram diretamente afetadas pelo aumento do desemprego e adoção de medidas restritivas.

Ao considerarmos os rendimentos com o Auxílio Emergencial, porém, verifica-se os efeitos positivos da adoção do benefício na recuperação da renda das famílias, principalmente para aquelas pertencentes à faixa de menor rendimento e às regiões mais pobres do país. Dessa forma, pode-se afirmar que, diante da adoção do Auxílio Emergencial e das condições de acesso ao benefício, os rendimentos das classes mais ricas foram os mais afetados pela pandemia da Covid-19, enquanto os rendimentos das classes mais pobres foram parcialmente recuperados, ou, em alguns casos, aumentados.

Ao final dessa monografia, portanto, os impactos da pandemia da Covid-19 no rendimento das famílias brasileiras tornam-se claros, sendo notória a importância do Auxílio Emergencial na recuperação, parcial ou total, desses efeitos negativos. De forma que haja a recuperação da atividade econômica do país, a continuidade do benefício mostra-se como fundamental, principalmente na recuperação da renda e do poder de compra das classes mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Auxílio emergencial e compras com cartão de débito. Relatório de Inflação, Setembro 2020a. p. 31-33.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Consumo por faixa de renda municipal. Boletim Regional, Julho 2020b. p. 77-81.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Consumo por quartil de renda durante a pandemia. Relatório de Inflação, Setembro 2020c. p. 37-39.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP n 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. Boletim Mercado de Trabalho nº 69, IPEA, Julho 2020.

CARVALHO, L. M. Demanda interna por bens industriais recuou 11,9% no mês. Carta de Conjuntura, n. 47. IPEA, 2020.

CARVALHO, L. M. Demanda interna por bens industriais avançou 3,6% no mês, encerrando 2020 com queda de 5,2%. Carta de Conjuntura, n. 50. IPEA, 2021.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19. Carta de Conjuntura, n. 48. IPEA, 2020.

CORSEUIL, C. H. et. Al. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia da covid-19. Nota Técnica nº 92, DISOC-IPEA, Brasília, 2021.

DWECK, E. (Coord.). Impactos macroeconômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil. Nota Técnica. Texto para Discussão 007, IE-UFRJ, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 - Primeiros Resultados. IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Primeiro trimestre de 2019. IBGE,

2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Segundo trimestre de 2019. IBGE, 2019b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Terceiro trimestre de 2019. IBGE, 2019c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Quarto trimestre de 2019. IBGE, 2019d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: maio de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: junho de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: julho de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020c. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: agosto de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020d. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: setembro de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020e. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: outubro de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020f. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados pesquisa PNAD Covid-19 - Indicadores mensais: novembro de 2020, mercado de trabalho. IBGE, 2020g. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Primeiro trimestre de 2020. IBGE, 2020h. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Segundo trimestre de 2020. IBGE, 2020i. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Terceiro trimestre de 2020. IBGE, 2020j. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Quarto trimestre de 2020. IBGE, 2020k. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços - PMS. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

NERI, M. C. Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras? FGV Social, Rio de Janeiro, 2020.

TESOURO NACIONAL. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. Tesouro Nacional Transparente, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19?searchterm=covid>>. Acesso em: 26 mar. 2021.